CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA



Régis da Cunha Belem
Ana Alice Aguiar Eleuterio
Valdemar João Wesz Junior
(org.)

EDUNILA

CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Diana Araujo Pereira	*Reitora*
Rodne de Oliveira Lima	*Vice-reitor*

EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Julio da Silveira Moreira	*Coordenador da EDUNILA*
Leonel Gandi dos Santos	*Vice-coordenador da EDUNILA e Bibliotecário-documentalista*
Andréia Moassab	*Membra da Coordenação Executiva*
Ailda Santos dos Prazeres	*Assistente em administração*
Claudinéia Pires	*Assistente em administração*
Francieli Padilha Bras Costa	*Programadora visual*
Ricardo Fernando da Silva Ramos	*Assistente em administração*

CONSELHO EDITORIAL

Julio da Silveira Moreira	*Presidente do Conselho*
Leonel Gandi dos Santos	*Vice-presidente do Conselho*
Débora Viletti Zuck	*Representante dos/as técnico-administrativos/as em educação da UNILA*
Raulandis Magdariaga Perez	*Representante dos/as discentes de graduação da UNILA*
Janice Scheila Kieling	*Representante dos/as discentes de pós-graduação da UNILA*
Selma Passos Cardoso	*Representante do Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT - UNILA)*
Diego Chozas Ruiz-Belloso	*Representante do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH - UNILA)*
Luiz Roberto Ribeiro Faria Junior	*Representante do Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN - UNILA)*
Ramon Blanco de Freitas	*Representante do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP - UNILA)*
Deny Savia Martins da Silva	*Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA, Representante Externa à UNILA*
Edilma de Jesus Desidério	*Representante externa - Professora voluntária no Campus do Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)*
Lilibeth Janneth Zambrano Contreras	*Representante externa - Coordenadora da Rede Internacional de Pesquisadores de Literatura Comparada - REDILIC, do Instituto de Pesquisa Literária "Gonzalo Picón Febres", da Faculdade de Ciências Humanas e Educação, da Universidade de Los Andes, Mérida, Venezuela*
Ricardo Scavone Yegros	*Representante externo - Membro da Academia Paraguaya de la Historia e Diretor Geral da Academia Diplomática e Consular do Ministério de Relações Exteriores do Paraguai*
Luis Mauricio Rodríguez Salazar	*Pesquisador e Professor vinculado ao Instituto Politécnico Nacional (IPN), México, Representante Externo à UNILA*

Régis da Cunha Belem
Ana Alice Aguiar Eleuterio
Valdemar João Wesz Junior
(org.)

CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA
Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

2026

© 2026 EDUNILA – Editora Universitária

EQUIPE EDITORIAL

Julio da Silveira Moreira	*Edição e Preparação de Originais*
Nicolly Rocha de Souza [Órbita]	*Normalização e Revisão em Português*
Patrícia Maria Arruda Aragão	*Revisão de Texto em Português*
Julián David González Moreno e Nicolly Rocha de Souza [Órbita]	*Revisão de Texto em Espanhol*
Hanna Lara Martins Lobo [Órbita]	*Projeto Gráfico e Diagramação*

Catalogação na Publicação (CIP)

C764 Contribuições para o desenvolvimento rural e segurança alimentar na América Latina / Régis da Cunha Belem; Ana Alice Aguiar Eleuterio; Valdemar João Wesz Junior (org.). -- Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2026.
PDF (114 p.) : il.

ISBN: 978-65-86342-78-9

1. Ensino superior. 2. Desenvolvimento rural. 3. Segurança alimentar. 4. UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana. I. Belem, Régis da Cunha. II. Eleuterio, Ana Alice Aguiar. III. Wesz Junior, Valdemar. IV. Título.

CDD 630
CDU 378:63(8)

Ficha Catalográfica elaborada por Leonel Gandi dos Santos CRB9/2269

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

Editora associada à:

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ASOCIACIÓN DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

EDUNILA
Editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana

EDUNILA – Editora Universitária
Campus Integração - Av. Tancredo Neves, 3147
Foz do Iguaçu – PR – Brasil | CEP: 85857-970
editora@unila.edu.br | https://portal.unila.edu.br/editora

PALAVRAS DA EDITORA

"De los libros honestos, piadosos y fortalecedores hablamos, que com espíritu americano, estudian problemas de América. No tanto de libros pomposos y retóricos, y de conocimientos abstractos universales,– cuanto de esos otros concretos y beneméritos, escritos al calor de nuestro sol, y en el fragor de nuestras luchas generosas, sangrientas como todas las entrañas".

José Martí, Biblioteca Americana, 1884

A Coleção Semillas nasce da convicção de que a universidade pública, latino-americana e fronteiriça, deve valorizar e difundir os conhecimentos produzidos também em seus cursos de graduação. O que se apresenta aqui não são introduções genéricas, nem textos adaptados à lógica de manuais. São obras que emergem da vivência concreta de estudantes, docentes e técnicos em seus contextos formativos, das práticas acadêmicas que se cruzam no cotidiano do ensino, da pesquisa e da extensão.

Estes livros não apenas refletem, mas também projetam os percursos formativos da UNILA. As experiências de cada curso se expressam em objetos de estudo enraizados nos territórios, nas culturas e nos dilemas do continente. A graduação aparece, assim, como espaço legítimo de produção de conhecimento, no qual se praticam metodologias, constroem-se modelos, testam-se hipóteses, analisam-se dados e elaboram-se perguntas e respostas sobre a realidade.

Na UNILA, essa realidade se estende para além das fronteiras nacionais. Muitos estudantes desenvolvem pesquisas e ações de extensão nos países de onde vêm, estabelecendo uma troca ativa e crítica de saberes entre contextos latino-americanos diversos. A formação universitária ganha, assim, uma dimensão internacional que não se dá por meio de transplantes teóricos, mas pela partilha situada de experiências e problemas.

A Editora da UNILA e a Pró-Reitoria de Graduação prestam reconhecimento ao trabalho das graduações da universidade, às suas estruturas curriculares, seus colegiados, professores e professoras, e sobretudo ao protagonismo estudantil que tem marcado o percurso institucional desde os primeiros anos, a exemplo dos componentes do Ciclo Comum de Estudos. As pesquisas e estudos desenvolvidos na graduação seguirão produzindo debate, diálogo e novas perguntas sobre os problemas e os caminhos da nossa região e da América Latina.

Sumário

APRESENTAÇÃO..... 12

DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM PERCURSO QUE BUSCA CRIAR CAMINHOS

A CONSTITUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR: BREVE RESGATE..... 17

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA..... 24

A formação profissional de DRUSA na América Latina 26
Atuação profissional dos bacharéis em DRUSA/UNILA..... 28
Revalidação de diploma dos bacharéis em DRUSA/UNILA..... 29
Considerações Finais 31
Agradecimentos..... 32

PANORAMA DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCCS) DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR (DRUSA/UNILA) ENTRE 2014 E 2023 34

DINÂMICA DE PRODUÇÃO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA AO RETORNO À PRODUÇÃO CONVENCIONAL..... 38

Revolução verde, agricultura sustentável e transição agroecológica 39
Da agroecologia ao retorno à agricultura convencional em Medianeira, Paraná 40
A permanência de práticas agroecológicas 42
Conclusões..... 43

TRANSFORMACIONES EN EL MEDIO RURAL PARAGUAYO: ENTRE EL CRECIMIENTO DE LA AGRICULTURA EMPRESARIAL Y EL DECLIVE DE LA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA 47

Metodología 48

Principales resultados y discusión 48

Consideraciones finales 51

AGRICULTORES FAMILIARES, GANADERÍA Y SOSTENIBILIDAD EN SAN JUAN DE ARAMA (META, COLOMBIA) 55

El área de estudio y las organizaciones de productores 56

Las familias encuestadas y su condición económica 56

Prácticas de transición hacia la sustentabilidad en ganadería doble propósito 58

Conclusiones 59

ALIMENTAÇÃO, CULTURA E RURALIDADE

SABORES DE FOZ: DO PRODUTOR À SUA MESA – UM ESTUDO SOBRE A ALIMENTAÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES EM FOZ DO IGUAÇU..... 63

Desenvolvimento 64

Considerações finais 66

HÁBITOS ALIMENTARIOS DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES, ANTES Y DURANTE LA PANDEMIA COVID-19 EN LA COMUNIDAD DE YBYRATY-ESCOBAR, PARAGUAY..... 70

Metodología 72

Resultados y discusión 72

Conclusión 75

EDUCAÇÃO, GÊNERO E GERAÇÃO NO CAMPO

PROJETOS DE VIDA NO ESPAÇO RURAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR: JUVENTUDE, GÊNERO, EDUCAÇÃO E TRABALHO 77

Breves considerações sobre São Miguel do Iguaçu, PR 79

Educação, gênero e trabalho no espaço rural 79

Análise e discussão dos resultados de pesquisa 81

Considerações Finais 82

EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO NO CAMPO? OS CONCEITOS E A PRÁTICA A PARTIR DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR 84

Local de Pesquisa 85

Educação do campo e Desenvolvimento Rural 85

Análise e Discussão dos Resultados da Pesquisa 86

Considerações Finais 88

SEGURANÇA ALIMENTAR, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LA SEGURIDAD ALIMENTARIA EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIUDAD DEL ESTE 90

Políticas Públicas de Seguridad Alimentaria en Paraguay 91

Estrutura político-administrativa de la municipalidad de Ciudad del Este y las políticas de SSAN 93

La seguridad alimentaria en las políticas públicas de Ciudad del Este 94

Conclusión 95

PESCA E AQUICULTURA FAMILIAR NO OESTE PARANAENSE, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL 99

Pescadores-Aquicultores no município de Foz do Iguaçu 100

O sujeito político Pescadores-Aquicultores e as Políticas Públicas 101

Os desafios para os Pescadores-Aquicultores e o Desenvolvimento Local 102

Considerações Finais 103

APÊNDICE: DEZ ANOS DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCCS) 107

SOBRE OS AUTORES 113

APRESENTAÇÃO

A TRAJETÓRIA DO CURSO CONTADA A PARTIR DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO

Este livro está organizado em cinco partes, cada uma reunindo contribuições que abordam, sob diferentes perspectivas, temas centrais para o Desenvolvimento Rural e a Segurança Alimentar na América Latina.

A primeira parte, intitulada *Desenvolvimento rural e a segurança alimentar – um percurso que busca criar caminhos*, reúne três capítulos. O primeiro, de autoria de Régis da Cunha Belem, intitulado *A constituição do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar: breve resgate*, apresenta a trajetória de criação e constituição do curso de graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA. Resgata as experiências anteriores de cursos de graduação em Desenvolvimento Rural em instituições públicas de ensino superior brasileiras – das quais o curso da UNILA é tributário – e sublinha especificidades do bacharelado presentes em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Na relação do curso com o contexto global em que está inserido, enfatiza sua perspectiva integracionista, destacando sua presença na instância oficial do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) denominada Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), bem como a formação de profissionais aptos a contribuir com os desafios impostos pelas mudanças climáticas e com o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O segundo capítulo é constituído pelo texto de Silvia Aparecida Zimmermann sobre *A formação profissional em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar na América Latina*. Resultado de

pesquisas conduzidas durante o período em que fazia parte do corpo docente do curso, o capítulo apresenta um panorama sobre cursos similares ao da UNILA identificados na América Latina. A professora realiza, junto aos egressos e às egressas do curso, um levantamento de dados sobre as atividades desempenhadas após a titulação e, por fim, apresenta informações sobre a revalidação de diplomas do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar em outros países da América Latina.

O terceiro capítulo desta primeira parte, intitulado *Panorama dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA/UNILA) entre os anos de 2014 e 2023*, tem como autores os docentes Valdemar João Wesz Junior e Ana Alice Aguiar Eleuterio. O texto aborda a função do Trabalho de Conclusão dentro da formação de DRUSA e sistematiza alguns dados sobre os seus TCCs, que constituem o insumo principal desta obra. Os autores evidenciam a diversidade temática abordada, abrangendo desde a questão da agricultura familiar, políticas públicas para a agricultura, soberania e Segurança Alimentar, identidade e cultura alimentar, educação alimentar, educação do campo, juventude rural, agroecologia, mercados alimentares, agroindustrialização e cadeias produtivas, estrutura agrária, cooperativismo, gênero, desenvolvimento territorial, meio ambiente e sustentabilidade, entre outros temas. Os contextos de pesquisa também são diversos, incluindo várias regiões do Brasil e países como Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Haiti, Colômbia, Chile e Venezuela. Desse rico e diversificado universo, foi escolhida uma pequena amostra para compor o livro, a qual reúne uma diversidade de temas e perspectivas conectadas com os debates sobre Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar na América Latina. No apêndice, é apresentado o conjunto dos TCCs defendidos no curso ao longo dos últimos dez anos.

A segunda parte, intitulada *Dinâmicas produtivas, agricultura familiar e sustentabilidade*, reúne três capítulos. O primeiro, de autoria de Anderson Maykon Nodari (*in memoriam*) e Ana Alice

Eleuterio, tem como eixo central a análise dos motivos que levam agricultores familiares a abandonar o processo de transição agroecológica, retornando a práticas vinculadas ao modelo produtivo convencional proposto pela Revolução Verde. Para isso, foram entrevistados agricultores familiares que migraram da produção agroecológica para a convencional no município de Medianeira, localizado no Extremo Oeste do Paraná (Brasil), região marcada pela forte presença do monocultivo de soja e milho, além da criação de frangos e suínos via sistema de integração.

O segundo capítulo, escrito por Joel Emilio Ayala Baruja e Valdemar João Wesz Junior, apresenta uma análise exploratória das transformações pelas quais o meio rural paraguaio passou e continua passando, com ênfase na expansão da soja e na dependência econômica do país em relação a essa *commodity*. O tema é particularmente relevante, considerando que a soja é o principal produto exportado pelo Paraguai, que figura entre os maiores produtores e exportadores mundiais do grão.

O terceiro capítulo desta segunda parte, intitulado *Agricultores familiares, ganadería y sostenibilidad en San Juan de Arama (Meta, Colombia)*, de autoria de Lynda Mayerli Ospina Rengifo e Valdemar J. Wesz Junior, analisa, a partir de revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, as estratégias de adaptação de práticas sustentáveis adotadas por duas organizações de produtores do município: a Agasanjuan (Associação de Pecuaristas de San Juan de Arama) e a Asoproleche Fénix del Ariari (Associação de Produtores de Leite de Fénix del Ariari).

A terceira parte, denominada *Alimentação, cultura e ruralidade*, reúne dois capítulos. No primeiro, João Ernesto Pelissari Cândido e Sílvia Aparecida Zimmermann investigam as práticas alimentares de agricultores familiares em Foz do Iguaçu, Paraná (Brasil), utilizando a observação participante a partir de um estudo etnográfico voltado à compreensão da cultura alimentar. O trabalho

mergulha nas práticas cotidianas de preparação de alimentos, buscando compreender como estes funcionam como expressões de identidade cultural e de coesão comunitária.

O segundo capítulo, intitulado *Hábitos alimentarios de los agricultores familiares, antes y durante la pandemia Covid-19 en la comunidad de Ybyraty – Escobar, Paraguay*, de Leticia Diana Molinas Bogado e Régis da Cunha Belem, tem como objetivo compreender as dinâmicas alimentares dos agricultores na comunidade rural mencionada. Para isso, os autores identificam as mudanças ocorridas antes e durante a pandemia de Covid-19, analisando os fatores que determinaram essas transformações.

A quarta parte do livro, *Educação, gênero e geração no campo*, também está organizada em dois capítulos. O primeiro é de Karini Aparecida Scarpari e intitula-se *Projetos de vida no espaço rural de São Miguel do Iguaçu, PR: juventude, gênero, educação e trabalho*. A autora analisa a realidade de jovens do sexo feminino que vivem no meio rural, considerando as dinâmicas socioculturais nas quais estão inseridas. Para isso, foram selecionadas cinco jovens que estudavam em regime de internato na Escola Agrícola Estadual Manuel Moreira Pena, em Foz do Iguaçu, e que residem na zona rural de São Miguel do Iguaçu, Paraná.

O segundo capítulo, de Desideri Marx Travessini, tem como questão central a educação do campo ou educação no campo. O autor analisa a estrutura metodológica da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, no município de São Miguel do Iguaçu (PR), para verificar se ela se enquadra nas propostas pedagógicas da política de Educação do Campo. A coleta de dados envolveu a aplicação de questionários, entrevistas com professores e alunos e a análise de referências relacionadas ao Projeto Político-Pedagógico da escola estudada.

A quinta e última parte do livro, denominada *Segurança Alimentar, desenvolvimento e políticas públicas*, inicia-se com um artigo de Diana Jazmín Brítez Cohene e Sílvia Aparecida Zimmermann. As autoras têm como objeto de pesquisa as ações e políticas do

município de Ciudad del Este (Paraguai) voltadas a garantir a segurança e a soberania alimentar e nutricional na localidade. Após mapear nove iniciativas municipais, elas as analisam a partir das quatro dimensões da Segurança Alimentar: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.

O segundo capítulo dessa seção, intitulado *Pesca e aquicultura familiar no Oeste Paranaense, as políticas públicas e o desenvolvimento local*, de Gabriela Fernandes de Souza e Sílvia Aparecida Zimmermann, mapeia e discute ações públicas destinadas ao fortalecimento e desenvolvimento dos pescadores-aquicultores em Foz do Iguaçu, município com grande potencial hídrico para a produção em tanques-rede no lago de Itaipu. Para isso, além de revisão bibliográfica e documental, foram entrevistados seis atores envolvidos com o tema na cidade, incluindo pescadores-aquicultores, um gestor público e um representante de cooperativa de pescadores.

Em suma, esta obra reúne pesquisas desenvolvidas no Brasil, Paraguai e Colômbia que dialogam com temas centrais ao Desenvolvimento Rural, à agricultura familiar, à Segurança Alimentar e às políticas públicas. Ao reunir diferentes olhares, metodologias e realidades, a obra oferece uma visão abrangente e crítica das transformações e desafios que marcam os espaços rurais latino-americanos contemporâneos.

DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM PERCURSO QUE BUSCA CRIAR CAMINHOS

A CONSTITUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR: BREVE RESGATE

Régis da Cunha Belem

No dia 6 de abril de 2011, aconteceu a primeira aula do curso de graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, denominado Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. A aula inaugural do curso ocorreu no Bloco 3 do Parque Tecnológico Itaipu (PTI)[1] – campus provisório da nova universidade –, reunindo três professores efetivos e 42 estudantes que iniciavam o curso.

Naquele momento, ainda não havia uma grade curricular definida para o curso. O primeiro semestre foi dedicado à oferta de disciplinas do Ciclo Comum de Estudos (Fundamentos da América Latina, Línguas Adicionais: Português e Espanhol, e Introdução ao Pensamento Científico) e à disciplina introdutória ao curso, nomeada Introdução ao Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

A segurança que os docentes recém-chegados tinham em relação à tarefa de estruturar o curso era fornecida pelo documento-base com a proposta de criação, concluído em dezembro de 2010, cuja elaboração foi coordenada pela professora Sônia Bergamasco (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP). O documento

[1] PTI/Itaipu: Parque Tecnológico de Itaipu, ou Fundação Parque Tecnológico de Itaipu, atualmente denominada Itaipu Parquetec.

representava a sistematização de um processo vigoroso que buscava preparar uma proposta de curso no campo do "rural" para a nova universidade. Ele reuniu docentes, pesquisadores, gestores governamentais e estudantes de pós-graduação de diversas universidades brasileiras[2], contando com o apoio político e material do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O período era caracterizado pela ampliação de políticas públicas de âmbito federal orientadas à agricultura familiar, que necessitavam de profissionais com formação diferenciada daquela disponibilizada pela educação superior naquele momento.

O pequeno grupo docente revisou a matriz curricular prevista na proposta, aproveitando de experiências recentes de cursos de graduação em Desenvolvimento Rural desenvolvidos na década anterior, especialmente as iniciativas da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

A UERGS, fundada em 2001, foi pioneira na criação de um curso de graduação em Desenvolvimento Rural. A partir de um conjunto de debates e seminários realizados com entidades representativas da agricultura familiar e movimentos sociais rurais, instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, bem como órgãos do governo estadual, além de professores e pesquisadores de outras instituições universitárias, foi identificada

> a necessidade de um curso voltado à formação de profissionais capazes de atuar no planejamento do Desenvolvimento Rural e na gestão de unidades de produção agrícola e agroindustrial, com ênfase nas

[2] O documento indica que, no processo de constituição da nova universidade, foram promovidas três reuniões sobre a temática do desenvolvimento rural, com a participação dos seguintes profissionais: Hélgio Trindade; Roseli Rocha dos Santos; Angela D. D. Ferreira; Anita Brumer; Walter Belik; Fábio de Lima Beck; Maria Nazareth Wanderley; Sergio Pereira Leite; Sonia M.P.P. Bergamasco; Alfio Brandemburg; Caio França; Wanda C. M. Camargo; Renato Maluf; Sérgio Schneider, Mabel Adelaida Manzanal; Fátima Almada; Flávio Zanetti. (Bergamasco *et al.*, 2010, p.1)

> unidades produtivas de economia familiar (Beroldt, 2004, p. 1).

Como resultado desse processo, em 2002, foi criado o Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial. Nos anos de 2002 e 2003, o curso foi implementado em oito unidades da universidade, com dezenove turmas e mais de setecentos estudantes[3]. Nos anos seguintes, com a mudança na condução do governo estadual, o curso deixou de ser priorizado, mantendo-se apenas uma turma na Unidade de Santana do Livramento.

A proposta do curso foi retomada pela UFRGS no formato de graduação tecnológica a distância, nomeado Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER). As edições iniciais do curso ocorreram em 2007 e 2009, com a oferta de cerca de mil vagas em doze polos regionais de Educação a Distância (EaD). A partir de 2013, o curso passou a ser oferecido como bacharelado, sendo renomeado para Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, com a oferta de 150 vagas em oito polos (UFRGS/UAB, 2022).

A constituição da UFFS, em 2009, abrangendo mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL (Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul) – uma região com forte presença da agricultura familiar –, foi fruto de iniciativas regionais de diálogo entre entidades públicas, Organizações não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais. Como resultado, no contexto rural, foi retomada a proposta iniciada pela UERGS, com a criação do Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial em dois *campi*. Na UFFS, ocorreram duas entradas de estudantes no curso, nos anos de 2010 e 2011. Posteriormente, o curso foi transformado nos cursos de Administração (Cerro Largo, RS) e de Ciências Econômicas (Laranjeiras do Sul, PR).

[3] A UERGS foi constituída com um projeto de interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul, criando mais de 20 unidades universitárias distribuídas em pequenas e médias cidades nas diversas regiões do estado.

Será no contexto da forte expansão do ensino superior público, ocorrida na primeira década do século XXI[4], com intensa interlocução com atores da sociedade civil, especialmente organizações e movimentos sociais rurais, que se desenvolverá a proposta de constituição de um curso de graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar na UNILA, conforme exposto no início do texto. Diferentemente das iniciativas anteriores, e buscando atender às especificidades da proposta de uma universidade com missão orientada à integração latino-americana, o novo curso de graduação procurou englobar duas temáticas que se destacavam na análise do contexto latino-americano: o "Desenvolvimento Rural" e a "Segurança Alimentar".

Mais recentemente, em 2018, a Universidade Federal do Pará (UFPA) criou o Bacharelado em Desenvolvimento Rural, implementado pela Faculdade de Desenvolvimento Rural (FACDES), vinculada ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). Com forte relação com os movimentos sociais da região e buscando responder aos desafios presentes no contexto amazônico, a proposta do curso é diferenciada e inovadora em relação às iniciativas anteriormente apresentadas.

Localizado na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, em Foz do Iguaçu (PR), o curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da UNILA já conta com quinze anos de existência. Pelo curso, já passaram estudantes de diversas origens, de vários países da América Latina, Caribe e África, além de diferentes estados brasileiros. O curso já formou 118 profissionais. Atualmente, o curso conta com oito docentes com atuação integral, sendo sete efetivos e um professor visitante[5].

[4] Resumindo: a UERGS foi criada em 2001; a UFRGS iniciou seu curso na modalidade EaD em 2007; a UFFS foi criada em 2009; e a UNILA, em 2010.

[5] Em 2011, o curso iniciou com um grupo de professores composto por Exzolvildres Queiroz Neto, Régis da Cunha Belem e Dirceu Basso. No ano de 2014, foram incorporados ao corpo docente Sílvia Aparecida Zimmermann, Guillermo Javier Díaz Villavicencio, Valdemar João Wesz Junior e Ana Alice Aguiar Eleuterio. Com a redistribuição de dois docentes para outras universidades federais, em 2024 passaram a compor o quadro de professores Patrícia dos Santos Pinheiro e Jeferson Tonin. O curso também conta com a participação do Professor Visitante Saul Olarte Calsina.

Nos termos do Projeto Pedagógico do Curso, ele

> estrutura-se a partir de uma perspectiva interdisciplinar, inter-relacionando conhecimentos científicos, técnicos e saberes com vistas à construção de processos e interações socioculturais, socioeconômicos e socioambientais (UNILA, 2020).

Os profissionais formados são habilitados para

> contribuir no processo de integração da América Latina a partir de dois conceitos estruturantes: o Desenvolvimento Rural e a Segurança Alimentar, em seus aspectos epistemológicos, teórico-conceituais e aplicados. No decorrer dos estudos da carreira, esses conceitos se inter-relacionam e visam incorporar as profundas transformações sociais, políticas e econômicas correntes no âmbito do Estado, dos atores sociais, das instituições e dos enfoques analíticos do conhecimento (UNILA, 2020).

O curso prepara profissionais habilitados para a condução e o planejamento de processos de desenvolvimento rural, considerando seus aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais, bem como para a condução e planejamento de ações e políticas de segurança alimentar. Além disso, a formação do(a) profissional no curso habilita-o(a) a atuar na interface com outros profissionais especialistas em disciplinas específicas, constituindo um perfil apto para a atuação em equipes multidisciplinares, facilitando o diálogo entre o conhecimento técnico e os saberes locais.

Desde sua criação, o curso vem buscando ampliar o conhecimento sobre o contexto rural regional (oeste e sudoeste do Paraná) e aproximar relações com a sociedade e o Estado: associações, cooperativas e movimentos sociais; agentes governamentais nos âmbitos estadual e municipal; organizações não governamentais.

Buscando fortalecer a vocação da UNILA de ser uma universidade que contribua para a integração latino-americana, com ênfase no MERCOSUL, desde o ano de 2012, o curso estabeleceu uma relação com a Reunião Especializada sobre Agricultura

Familiar (REAF) do MERCOSUL. A REAF visa ao fortalecimento de políticas voltadas à agricultura familiar na região e representa uma iniciativa singular no processo integracionista latino-americano. A REAF, instância oficial do MERCOSUL, foi criada em 2004 como resultado da ação de organizações da sociedade civil que, desde o início dos anos 1990, demandavam participação nos espaços de discussão e decisão do Mercado Comum, constituindo-se em um ambiente de diálogo entre organizações representativas dos agricultores familiares e os governos nacionais da região[6].

Em tempos de emergência climática, o(a) profissional formado(a) no curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar está preparado(a) para atuar em iniciativas e ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre os dezessete objetivos definidos nos ODS, o curso mantém uma relação direta com metade deles[7]. Se cursos superiores tradicionais nos trouxeram até aqui, o profissional de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar aponta para novos caminhos, buscando contribuir para a superação de desafios do nosso tempo.

[6] No primeiro ano de constituição do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (2011), foi apresentado um projeto de extensão no primeiro edital do Programa de Bolsa de Extensão da UNILA (PROBEX). O projeto tinha por título *Políticas públicas de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar no âmbito da REAF* e permitiu o acompanhamento de docentes e discentes do curso à Reunião Especializada durante uma década, com presença em suas plenárias, reuniões preparatórias e grupos de trabalho. O projeto de extensão se manteve ativo até 2022.

[7] A formação no curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar envolve e contribui diretamente para os seguintes ODS: 1 – Erradicação da Pobreza; 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 6 – Água Potável e Saneamento; 10 – Redução das Desigualdades; 12 – Consumo e Produção Responsáveis; 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima; 14 – Vida na Água; 15 – Vida Terrestre. Além disso, podemos observar relação com os ODS 5 – Igualdade de Gênero; 7 – Energia Limpa e Acessível; 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P. *et al.* **Curso "Desenvolvimento rural e soberania e segurança alimentar"**. [*S. l.: s. n.*], dez. 2010. 83 p.

BEROLDT, L. **Curso de desenvolvimento rural e gestão agroindustrial**: um breve histórico. [*S. l.: s. n.*], nov. 2004. 3 p.

UFPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural**. Belém: UFPA, 2014. 131 p.

UFRGS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *In*: UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. **Projeto pedagógico - curso de graduação bacharelado em desenvolvimento rural (PLAGEDER/UFRGS – 3.ª edição)**: modalidade educação a distância. Porto Alegre: UFRGS, set. 2022. 52 p.

UNILA. UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Projeto pedagógico do curso de desenvolvimento rural e segurança alimentar – grau bacharelado**. Foz do Iguaçu: UNILA, 2020. 88 p.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA[1]

Silvia Aparecida Zimmermann

A pesquisa aqui apresentada surge de inquietação pessoal e de esforço para localizar o Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) no cenário latino-americano. Isso porque, quando assumi como Professora na UNILA, em 2014, era dito que o título de bacharel em DRUSA, com perspectiva interdisciplinar, era uma oferta exclusiva da UNILA, sem similar em outros locais. Ademais, pensava eu que, por ser um título brasileiro, seguramente para os egressos a revalidação do título fora do país poderia tornar-se um novo desafio na busca por postos de trabalho nos países da região.

Destaca-se que, desde 2023, a Plataforma *Bori* tem sido um instrumento *on-line* de gerenciamento da revalidação de diploma no Brasil, contribuindo para simplificar e redistribuir os processos entre as universidades nacionais cadastradas para realizar tal serviço. Contudo, cada país latino-americano tem um trâmite independente e estabelece protocolos específicos.

A partir das questões elencadas, em 2015, iniciei a pesquisa sobre a formação profissional em DRUSA, primeiramente com o objetivo de mapear cursos similares na América Latina e seus projetos pedagógicos, possíveis similaridades e compatibilidade entre cargas horárias e disciplinas, e, num segundo momento, para ave-

[1] Este capítulo é uma síntese de relatório de pesquisa e artigos publicados anteriormente sobre o assunto com bolsistas e demais pesquisadores, os quais agradeço pela colaboração (Zimmermann *et al*, 2021; Zimmermann; Amarilla; Benitez, 2015).

riguar entre os egressos de DRUSA os desafios da revalidação de diplomas fora do Brasil e as oportunidades de trabalho após a formação.

Nota-se que, no primeiro semestre de 2019, conforme dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UNILA, estavam ativos no curso, 118 estudantes das seguintes nacionalidades: 70 brasileiros (59%); 14 paraguaios (12%); 13 colombianos (11%); 8 peruanos (7%); 6 haitianos (5%); 5 bolivianos (4%); 1 chileno (1%); 1 equatoriano (1%). Os egressos, no mesmo período, totalizavam 58 e eram de sete países da América Latina: 29 brasileiros (50%), 21 paraguaios (36%), 3 peruanos (5%), 2 bolivianos (3%), 1 venezuelano (2%), 1 equatoriano (2%) e 1 haitiano (2%).

A pesquisa teve abordagem qualitativa. A primeira fase ocorreu em 2015, sendo visitados sites de universidades latino-americanas e seus documentos. A segunda fase ocorreu entre 2018 e 2019, sendo o universo da pesquisa o conjunto dos 58 egressos do Curso, a partir de conversas informais e aplicação de questionário estruturado aplicado via plataforma *Google Docs*, que foi enviado por e-mail. Os egressos foram perguntados sobre a revalidação de diplomas, qualidade do curso frente à atuação profissional e às condições de trabalho. No total, 28 egressos responderam ao questionário; destes, cinco não brasileiros responderam sobre revalidação de diploma.

Este capítulo está estruturado em três partes, além desta introdução. Na primeira, apresento resultados dos cursos similares à DRUSA na América Latina. Na segunda, apresento dados das atividades desempenhadas pelos egressos DRUSA/UNILA após a titulação. Na terceira, apresento dados sobre a revalidação de diploma. Por fim, apresento as considerações finais, os agradecimentos e as referências bibliográficas.

A formação profissional de DRUSA na América Latina

Noventa e cinco cursos nos níveis secundário, graduação, especialização, mestrado e doutorado na América Latina são nominados de Desenvolvimento Rural e/ou Segurança Alimentar. Desses cursos, vinte e um correspondem a cursos de graduação, sendo que apenas dois apresentam o tema de Segurança Alimentar na titulação: o curso de Seguridad Alimentaria Nutricional, da Universidad Especializada de Las Américas (Panamá) e o curso DRUSA da UNILA. Os cursos estão presentes em 16 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Quadro 1 – Cursos de graduação em Desenvolvimento Rural e/ou Segurança Alimentar

	Curso	Grau Acadêmico	Instituição	País
1	Ingeniería en DR	Graduação (Lic.)	Un. Autónoma Tomás Frías	Bolívia
2	Ingeniería del DR	Graduação (Lic.)	Un. Mayor de San Simón	Bolívia
3	Ingeniería en DR	Graduação (Lic.)	Un. San Francisco Xavier de Chuquisaca	Bolívia
4	DR e Gestão Agroindustrial	Graduação (Bac.)	Faculdade Machado Sobrinho	Brasil
5	DR Sustentável e Agroecologia	Graduação (Bac.)	Un. do Contestado	Brasil
6	DR e Gestão Agroindustrial	Graduação (Bac.)	Un. Estadual do Rio Grande do Sul	Brasil
7	DR e Segurança Alimentar	Graduação (Bac.)	Un. Federal da Integração Latino-Americana	Brasil
8	DR	Graduação (Tec.)	Un. Federal do Rio Grande do Sul	Brasil
9	DR	Graduação (Bac.)	Un. Federal do Rio Grande do Sul	Brasil
10	Ingeniería en Agronomía – énfasis en DR	Graduação (Lic.)	Escuela De Ciencias Agrarias	Costa Rica
11	Economía Agrícola y DR	Graduação	Un. Católica de Santiago de Guayaquil	Equador
12	Ingeniería en Ciencias Económicas - énfasis en DR	Graduação (Lic.)	Un. Rural de Guatemala	Guatemala
13	Planificador con énfasis en DR	Graduação	Un. Rural de Guatemala	Guatemala
14	Ingeniería Agronómica en DR	Graduação	Un. Autónoma Agraria Antonio Narro	México
15	Ingeniería en DR	Graduação (Lic.)	Un. Autónoma de Chiapas	México
16	Ingeniería en DR	Graduação	Un. Autonoma del Estado de Morelos	México
17	DR	Graduação (Lic.)	Un. Nacional Agraria Nicarágua	Nicarágua
18	Seguridad Alimentaria Nutricional	Graduação (Lic.)	Un. Especializada de Las Américas	Panamá
19	Ingeniería Agronomica Mención Desarrollo Agrícola y Rural	Graduação	Un. Autónoma de Santo Domingo	República Dominicana
20	Ingeniería en Ecología Humana	Graduação	Un. Nacional de Asunción	Paraguai
21	DR	Graduação	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) – Un.Federal do Pará (UFPA)	Brasil

Fonte: A Autora com base nos relatos da pesquisa (2026).

Chama atenção o fato de que muitos desses cursos estão vinculados também à formação em engenharia, o que representa uma carga significativa de disciplinas das ciências exatas, diferente do Curso de DRUSA/UNILA.

Atuação profissional dos bacharéis em DRUSA/UNILA

Dos 21 egressos que responderam estar empregados naquele momento, as atividades eram: assistente de programas/projetos (4); estudante (3); professor (3); agricultor (1); articulador (1); assistência técnica agroecológica (1); assistente (1); auxiliar administrativo (1); auxiliar de departamento pessoal (1); caixa operacional (1); coordenador de programas/projetos (1); gerente (1); reformas e construções (1) e atividades gerais (1). Essas atividades eram realizadas nas seguintes instituições: propriedade dos pais; Comunidade de Terreiro do Campo Bantu Indígena Caxuté/Teia dos Povos; Empresa *Pollos de Granja* (PY); Faculdade Faveni – Programa de Pós-Graduação EAD; FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (PY); *Direccion de Extension Agraria* (MAG-PY); *Fundación Moisés Bertoni* (PY); empreendimento próprio; Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu; Iraci Carlos Camicia e Contadores Associados; Éden Beer Choperia Foz do Iguaçu; Rede Rio São Bartolomeu de Mútua Cooperação – Rede Bartô; Posto Marion (posto de gasolina); *Enseña por Paraguay* – ONG (PY); Secretaria de Educação de São Paulo; colégio, universidade e Presidente Beltrão.

Destaca-se que alguns egressos mencionaram realizar mestrado em programas de pós-graduação no Brasil, por exemplo, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Uni-

versidade Federal do Rio Grande do Sul; e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, da UNILA, entre outros.

Foi questionado se a graduação em DRUSA/UNILA contribuiu na inserção laboral/acadêmica, e 46% responderam "ótimo" ou "bom", e 21% "regular", sinalizando um reconhecimento significativo de que o curso atinge seus objetivos. Ainda, questionados sobre se a graduação em DRUSA preparou o egresso para trabalhar numa equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar, 75% dos egressos apontaram "ótimo" ou "bom" e 7% apontaram regular. Sobre o nível de satisfação geral com o curso de DRUSA, 32% dos egressos responderam "ótimo" e 54% responderam "bom".

Revalidação de diploma dos bacharéis em DRUSA/UNILA

De modo geral, os egressos comentaram ter enfrentado dificuldades no processo de revalidação de diplomas, pois, sem muita informação, buscaram seguir orientações gerais, algumas desnecessárias, como o pagamento integral para a tradução de documentos, que no Paraguai pode ser feito com desconto no Ministério das Relações Exteriores. Dos cinco egressos que disseram ter conquistado revalidação de diploma, quatro eram paraguaios e uma boliviana. Os paraguaios indicaram diferentes procedimentos adotados (ver Quadro 2).

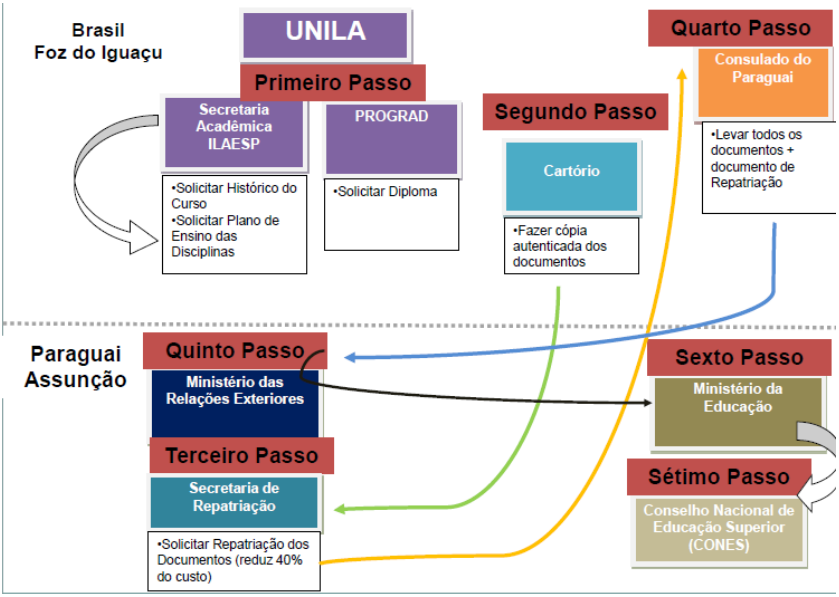
Quadro 2 – Tempo e custo dos procedimentos de revalidação do diploma de DRUSA/UNILA no Paraguai

Egresso/a	Ano de conclusão Drusa	Processo	Início	Término	Valor estimado
1	2014.2	Revalidação Diploma pela Universidade Nacional de Assunção (UNA)	Ingreso no MEC/Py 10/11/2016	09/12/2016	600 mil guaranis (estima-se 370 reais)
2	2016.1	Revalidação Diploma pela Universidad Privada San Carlos Registro Profissional pelo MEC	Primeiros meses do ano de 2017	Dezembro de 2017	*"El costo entre pasajes, viatico entre ir y venir, las gestiones y legalizaciones en promedio por los 5 millones de guaraníes"* (estima-se 3 mil reais)
3	2014.2	Revalidação Diploma pelo MEC	Não Respondeu	Não Respondeu	400 mil guaranis +50 reais (estima-se 300 reais)
4	2017.2	Reconhecimento de Diploma pelo MEC	Não Respondeu	Não Respondeu	Não respondeu

Fonte: A Autora com base nos relatos da pesquisa (2026).

A partir dos relatos, foi possível construir um fluxograma para orientação dos estudantes sobre os caminhos percorridos pelos egressos, servindo também como referência de procedimentos possíveis para a revalidação de diploma no Paraguai por futuros egressos.

Figura 1 – Fluxograma dos procedimentos de revalidação e reconhecimento do diploma de DRUSA/UNILA no Paraguai



Fonte: A Autora com base nos relatos da pesquisa (2026).

Considerações Finais

O título de Bacharel em DRUSA é recente e único, contudo, encontra diálogo com inúmeros cursos na América Latina, o que pode facilitar o processo de revalidação de diploma nos diferentes países.

Constatou-se que, embora existam caminhos sugeridos pelos Ministérios de Educação para a revalidação de diplomas fora do país, segundo os relatos, os trâmites não foram tão simples e alguns tiveram gastos significativos até conseguirem o documento, e mesmo diante das dificuldades, cinco egressos em DRUSA/UNILA obtiveram sucesso nesta ação.

Por fim, sugiro que este tipo de pesquisa seja atualizada frequentemente para que tanto a UNILA quanto o curso de DRUSA tenham também atualizado o diagnóstico da relação entre o que a Universidade e o curso oferecem e os desafios que ocorrem aos egressos, promovendo a qualificação permanente do serviço público de ensino superior.

Agradecimentos

Em 2024, pedi redistribuição para a UFRRJ, onde trabalho atualmente. Quero aqui expressar meu agradecimento à UNILA e ao curso de DRUSA pelas oportunidades de me tornar uma professora e pesquisadora melhor, com enfoque latino-americano, e ao Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA/UNILA), pelo apoio para a pesquisa relatada.

REFERÊNCIAS

ZIMMERMANN, A. A. *et al.* **Os profissionais de desenvolvimento rural e segurança alimentar**: dilemas e possibilidades da revalidação de diploma na América Latina. Revista Orbis Latina, Foz do Iguaçu, v. 11, n. 1, p. 197-217, 2021.

ZIMMERMANN, S. A.; AMARILLA, G. A. V.; BENITEZ, R. C. A. Interdisciplinariedade na formação profissional: um mapeamento dos cursos de graduação e pós-graduação de desenvolvimento rural e segurança alimentar na América Latina. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 4., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2015. p. 1-15.

PANORAMA DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCCS) DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR (DRUSA/ UNILA) ENTRE 2014 E 2023

Valdemar João Wesz Junior
Ana Alice Aguiar Eleuterio

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) é normatizado pela Resolução nº 2, de 5 de setembro de 2013, aprovada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (CONSUN), e pela Resolução nº 22, de 1 de setembro de 2014, aprovada pela Comissão Superior de Ensino da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (COSUEN).

O TCC é considerado um dos pré-requisitos para a obtenção do título de bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, como atividade de síntese e integração do conhecimento, bem como consolidação das técnicas de pesquisa e elaboração de projetos, de modo a estimular o espírito científico, a criatividade e o interesse pelas diferentes áreas de atuação do curso de graduação. É elaborado em duas disciplinas: TCC I, com carga horária de 30 horas (equivalente a dois créditos), recomendada para o sétimo semestre; e TCC II, com carga horária de 180 horas (equivalente a 12 créditos), recomendada para o oitavo semestre.

O TCC é apresentado no formato de monografia, resultando da proposta de pesquisa elaborada na disciplina TCC I e desenvolvida em TCC II, sendo as regras de formatação estabelecidas no regulamento supramencionado. O TCC II deve ser realizado sob a orientação de um professor do curso de DRUSA ou por docen-

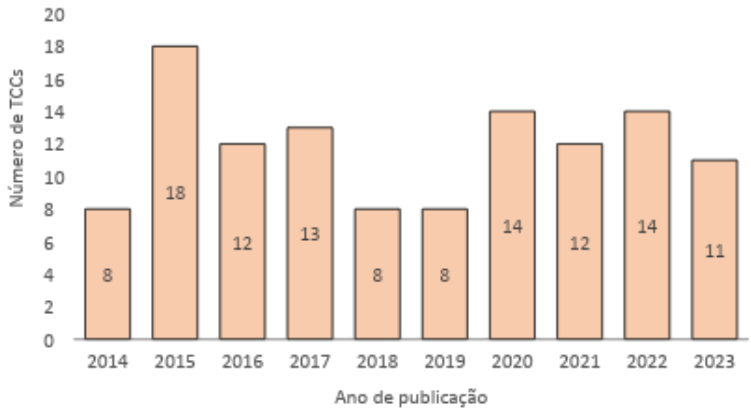
tes de outros cursos da UNILA. O TCC é apresentado em uma sessão pública, perante banca examinadora composta pelo professor orientador e dois outros professores ou profissionais da área. Cabe destacar que o TCC deve ser depositado na biblioteca da UNILA com a incorporação das correções, adequações e observações pertinentes, sendo disponibilizado em repositório institucional próprio[1]. Ali é possível encontrar todos os TCCs defendidos no curso, que podem ser localizados a partir da busca por data do documento, autor, título e assunto.

Entre os anos acadêmicos de 2014 e 2023, foram defendidos 118 TCCs no curso, uma média de 12 TCCs por ano. Nesses dez anos, 2015 foi o ano com maior número de apresentações, com 15 monografias, enquanto o menor número foi em 2014, 2018 e 2019, com oito defesas em cada ano (Figura 1).

Outro dado pertinente é que 51,7% dos textos estão em português e 48,3% em espanhol, o que é uma expressão da vocação bilíngue da UNILA. À frente da orientação estiveram 17 professores, predominando aqueles vinculados ao curso de DRUSA, mas também se contou com o suporte de docentes de outros cursos da universidade. Os seguintes professores atuaram na orientação dos discentes: Ana Alice Aguiar Eleuterio, Anaxsuell Fernando da Silva, Danielle Michelle Moura de Araújo, Dirceu Basso, Erika Marafon Rodrigues Ciacchi, Exzolvildres Queiroz Neto, Guillermo Javier Diaz Villavicencio, João Roberto Barros II, José Luis Sotto, Julio da Silveira Moreira, Karen dos Santos Honório, Mario Ramão Villalva Filho, Regis da Cunha Belem, Silvia Aparecida Zimmermann, Silvia Lima de Aquino, Valdemar João Wesz Junior e Valkiria Fabiana da Silva.

[1] Eles podem ser acessados no endereço https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4346

Figura 1 – TCCs de DRUSA defendidos por ano (2014 – 2023)



Fonte: O Autor (2026).

A título de curiosidade, as pesquisas realizadas pelos estudantes de DRUSA implicam conhecimentos das diversas temáticas abordadas no Curso. A partir do resumo desses documentos, foi possível verificar que se sobressaíram os seguintes temas: diversidade da agricultura familiar, políticas públicas para a agricultura, soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (políticas públicas, programas e ações), identidade e cultura alimentar, educação alimentar, educação do campo, juventude rural, agroecologia, mercados alimentares (feiras, cadeias curtas, programa de compras institucionais), iniciativas de agroindustrialização da produção, cadeias produtivas (da erva-mate, pisco, suínos, seda, etc.), estrutura agrária, cooperativismo, gênero, desenvolvimento territorial, meio ambiente e sustentabilidade, entre outros.

Os locais das pesquisas incluem diferentes regiões do Brasil, além de Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Haiti, Colômbia, Chile e Venezuela. Outro ponto interessante é que grande parte dos TCCs realizou pesquisa de campo e apresentam estudos sobre localidades e regiões que contam com limitado número de investigações, como o Paraguai (foco de 29 TCCs de DRUSA). Constata-se tam-

bém uma grande contribuição dos TCCs para os estudos sobre Foz do Iguaçu e a região da tríplice fronteira: Ciudad del Este (Paraguai), Puerto Iguazú (Argentina) e Foz do Iguaçu (Brasil).

DINÂMICA DE PRODUÇÃO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA AO RETORNO À PRODUÇÃO CONVENCIONAL[1]

Anderson Maykon Nodari
Ana Alice Eleuterio

A transição agroecológica pode ser entendida como um processo gradual que visa o aumento da sustentabilidade de sistemas agrícolas, por meio da adoção de práticas que fomentam a conservação dos recursos naturais e que concomitantemente propiciam uma rentabilidade adequada e o bem-estar da população. Diversos estudos têm tratado de contribuir para a construção de um arcabouço teórico-prático sobre o processo de transição agroecológica (Caporal, 2003; Santos; Castro, 2020; entre outros). Entretanto, o abandono do processo de transição, e eventual retorno à agricultura convencional, apesar da relevância para sua compreensão, tem ganhado menos destaque na literatura.

O objetivo principal deste capítulo é proporcionar uma análise sobre os motivos pelos quais agricultores familiares optam por abandonar o processo de transição agroecológica, regressando a práticas vinculadas a um modelo produtivo convencional proposto pela Revolução Verde. Para tal análise, selecionou-se o município de Medianeira, no Extremo Oeste do Paraná, que se caracteriza

[1] Este capítulo foi baseado no Trabalho de Conclusão de Curso de Anderson Maykon Nodari, como requisito para conclusão do Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, sob orientação de Ana Alice Eleuterio. Esta versão foi modificada do trabalho publicado no livro Desenvolvimento rural: dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais / Elicardo Heber de Almeida Batista (organizador), Editora Barlavento, em 2022. A publicação deste texto é uma homenagem ao primeiro autor, que nos deixou precocemente em 2020.

pela grande presença da agropecuária, que ocupa 92,1% do seu território. Destaca-se no município o monocultivo de soja e milho, além da criação de frangos e suínos, com grande predominância da agricultura familiar (três quartos do total de estabelecimentos agropecuários do município) (IBGE, 2017).

Foram entrevistados quatro agricultores familiares que migraram da produção agroecológica para a produção convencional, durante o processo de transição agroecológica. Os quatro casos estavam vinculados à Rede Ecovida, responsável pela certificação participativa da produção agroecológica, porém, na atualidade não fazem uso do mesmo dado o retorno à agricultura convencional. As famílias foram selecionadas aleatoriamente e as entrevistas ocorreram em setembro de 2017, durante visitas às propriedades rurais.

Revolução verde, agricultura sustentável e transição agroecológica

Na década de 1950, o modelo tecnológico agrícola conhecido como Revolução Verde já predominava nos Estados Unidos, e ganhava amplitude mundial (Albergoni; Pelaez, 2007). Como resultado, hoje a agricultura na América Latina enfrenta uma crise que combina pobreza rural, insegurança alimentar e degradação ambiental (Altieri; Nicholls, 2011). A agroecologia surge como modelo capaz de substituir a agricultura convencional capitalista, que esgota os recursos naturais e não respeita os ciclos produtivos (Camargo, 2007).

Para o agricultor, o processo de adoção de práticas mais sustentáveis de produção envolve desafios. Altieri (2012) aponta que os agricultores, quando se interessam por cultivar de maneira sustentável, passam pela fase de transição. A transição é o período em que o agricultor realiza atividades de recuperação do solo, e não utiliza adubos químicos ou agrotóxicos (Caporal, 2009), que busca, além do crescimento da produção e melhoria da economia

das famílias, resgatar valores e conhecimentos. Também busca estabelecer uma relação de confiança e proximidade entre os atores envolvidos, agricultores, técnicos, consumidores.

A transição deve ser organizada, pois é desenvolvida por seres humanos, e não por máquinas (Paulus; Schlindwein, 2001). Começar aos poucos é uma maneira de superar as dificuldades. Muitos agricultores podem ser levados a desistir cedo demais do processo por sua complexidade, uma vez que na agricultura sustentável respeitam-se os ciclos da natureza (Caporal; Costabeber, 2002).

Da agroecologia ao retorno à agricultura convencional em Medianeira, Paraná

As quatro famílias de agricultores entrevistadas eram compostas por quatro a cinco pessoas. A mão de obra nas propriedades era predominantemente familiar. Os jovens e adolescentes frequentavam a escola, auxiliando nas atividades agropecuárias durante meio período. As unidades produtivas variavam quanto ao tamanho, entre 6 e 26 hectares, e as condições geográficas, como acesso a recursos hídricos e declividade do terreno. A produção agropecuária era diversificada e tinha como destino a venda e o autoconsumo. Entre os produtos comercializados pelos agricultores predominava o leite, hortaliças e grãos, enquanto a criação de galinhas, porcos e abelhas destinava-se principalmente ao autoconsumo. Os agricultores estavam, em 2017, vinculados à Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária do Oeste do Paraná (COAFASO), e por meio dela comercializavam seus produtos na cidade de Medianeira.

Os entrevistados das quatro famílias relataram que chegaram a adotar práticas agroecológicas em suas propriedades. Inclusive seus produtos tinham sido certificados pela Rede Ecovida. No entanto, posteriormente optaram por abandonar parcialmente essas práticas e a certificação, para retornar gradativamente a um modelo produtivo convencional. O principal motivo desse

retorno foi a elevada demanda de mão de obra requerida. A ausência de mão de obra, ou a impossibilidade financeira de contratar trabalhadores temporários, acabava por ocasionar o aumento da ocorrência de ervas daninhas e insetos considerados pragas. Esses fatores, segundo relatos, diminuíam a rentabilidade da produção.

> Um dos motivos que deixamos de praticar foi que os pastos viraram capoeira, a mão de obra ficou pouca e não conseguiu trabalhar em toda ela. (Entrevistado I, set. 2017).

> O motivo mais forte foi os ataques de insetos, por causa do descontrole da natureza. Outro motivo foi que produzíamos orgânico e vendíamos como convencional na merenda [escolar]. (Entrevistado IV, set. 2017).

O baixo preço oferecido aos produtores que, muitas vezes tinham seus produtos orgânicos vendidos por preços semelhantes aos produtos convencionais, também foi um fator determinante na escolha do modelo de produção. Além disso, o fato de diversas propriedades estarem circundadas por propriedades convencionais também contribuiu para essa escolha. Produzir em uma área isolada, onde a maioria dos vizinhos utiliza agrotóxicos e outros insumos, é difícil. Muitas vezes, os agrotóxicos ultrapassam as barreiras estabelecidas pelos agricultores, afetando suas culturas (Altieri, 2012).

> Tínhamos dois mil pés de melancia plantados nesta área, aí veio o vizinho com seu pulverizador para dessecar a lavoura para plantar a soja e matou toda minha plantação [...], e não é a primeira vez, já perdemos tomate, e olha como estão as minhas laranjas todas manchadas, causa da deriva destes. (Entrevistado IV, set. 2017).

Os agricultores também ressaltaram haver pouco suporte governamental para a produção agroecológica, principalmente no início do processo de transição. Outros fatores mencionados

como determinantes para a seleção do modelo produtivo foram as dificuldades logísticas para o planejamento e o escoamento da produção, além da inexistência ou dificuldade em acessar tecnologias específicas para a produção em pequena escala.

A permanência de práticas agroecológicas

O abandono do processo de transição, por parte das quatro famílias, foi parcial. Algumas práticas agrícolas sustentáveis foram mantidas. Esses agricultores utilizavam caldas, adubação verde, fungicidas naturais, entre outras técnicas que aprenderam por meio da participação em cursos de formação, troca de conhecimentos entre agricultores, visitas a outras propriedades em processo de certificação, e por meio da orientação direta de técnicos agrícolas que acompanhavam as propriedades durante o processo de transição agroecológica e certificação participativa.

A decisão de manter algumas práticas agroecológicas se deveu principalmente à constatação de que sua utilização permitia que a produção fosse de melhor qualidade, além das técnicas resultarem menos agressivas ao meio ambiente, reduzirem os custos de produção e serem consideradas, eventualmente, mais eficientes. As práticas agroecológicas foram adotadas e priorizadas para a produção destinada ao autoconsumo. Porém, também foram empregadas parcialmente em cultivos e criações que tinham como destino a venda.

Quando questionados sobre suas intenções futuras em relação ao modelo produtivo adotado em suas propriedades, os entrevistados manifestaram interesse em retomar um modelo de produção mais sustentável aplicado não apenas à parte de suas produções, mas às propriedades como um todo. No entanto, o desestímulo do governo, a ausência de um preço de venda justo e compensatório para os produtos comercializados, a dificuldade de manejo da propriedade, juntamente à falta de tecnologia adequada, deixaram os agricultores à mercê das práticas convencionais. Além disso, ape-

sar do desejo de produzir de modo sustentável ser compartilhado pelas famílias entrevistadas, pode-se notar a existência de conflitos entre os membros da própria família em relação à preferência por modelos de produção:

> Eu teria vontade, mas meus filhos desconcordam pela questão financeira, né. (Entrevistado IV, set. 2017).

Conclusões

O estudo mostrou as dificuldades que os agricultores familiares de Medianeira enfrentaram para se manter na produção agroecológica, o que os levou a retornar à agricultura convencional. O Oeste do Paraná é uma região de muitas cooperativas voltadas à produção de grãos, juntamente com a integração de cooperados produtores de suínos e aves. As grandes extensões de monoculturas afetam aqueles agricultores familiares adeptos das práticas sustentáveis produtivas, independentemente de suas condições socioeconômicas.

Assim, um dos desafios da agroecologia é fazê-la crescer em escala territorial (Mier *et al.*, 2018), ou seja, ampliá-la para fortalecer seus princípios produtivos e sociais. Isso implica providenciar condições adequadas para seu florescimento. A presença de políticas públicas efetivas é imprescindível, principalmente se estas forem de natureza intersetorial e apoiem aspectos técnicos, econômicos e organizativos. Porém, elas primordialmente devem partir do reconhecimento de que existe uma crise ambiental e alimentar que o sistema agroindustrial dominante não vai conseguir resolver por si mesmo (Mier *et al.*, 2018). De igual forma, os movimentos sociais desempenham um papel central neste possível crescimento da agroecologia (Holt-Giménez, 2006).

Os produtores enfatizaram a importância da comercialização direta como atividade que incide de forma positiva na promoção da continuidade da produção agroecológica. Para isso, seria necessário o desenvolvimento de um sentido de comunidade entre os participantes de redes alimentares, o qual oferece a possibilidade de incrementar a comercialização de produtos locais, agroecológicos e valorizados além do seu aspecto monetário.

REFERÊNCIAS

ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 31-53, 2007.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: base científica para uma agricultura sustentável. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 294 p.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. O potencial agroecológico dos sistemas agroflorestais na América Latina. **Agriculturas**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 78-83, jun. 2011.

CAMARGO, P. Fundamentos da transição agroecológica: racionalidade ecológica e campesinato. **Agrária**, São Paulo, n. 7, p. 156-181, 2007.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. 1. ed. Brasília: Paulus, 2009. 264 p.

CAPORAL, F. R. **Superando a revolução verde**: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. 1. ed. Porto Alegre: EMATER/RS-Ascar, 2003. 123 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino**: voices from Latin America's farmer to farmer movement for sustainable agriculture. 1. ed. Oakland, CA: Food First Books, 2006. 172 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2017**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 25 jul. 2021.

MIER, M. *et al.* Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [*s. l.*], v. 42, n. n. 6, p. 637-665, 2018.

SANTOS, M. E. T.; CASTRO, M. S. Um olhar sobre a transição agroecológica dos agricultores familiares de Amélia Rodrigues, Bahia. **Cadernos de Agroecologia**, [*s. l.*], v. 15, n. 2, p. 1-10, 2020.

TRANSFORMACIONES MEDIO RURAL PARAGUAYO: ENTRE EL CRECIMIENTO DE LA AGRICULTURA EMPRESARIAL Y EL DECLIVE DE LA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA

Joel Emilio Ayala Baruja
Valdemar João Wesz Junior

Este trabajo presenta de manera resumida las reflexiones y los principales hallazgos de la tesis de licenciatura en Desarrollo Rural y Seguridad Alimentar, la cual tiene como título: *Transformaciones medio rural paraguayo: la expansión de la soja y sus impactos socioambientales y económicos*, que fue conducida por el primer autor con la supervisión del segundo. Esta investigación fue desarrollada en el año 2013, pero en este artículo se han actualizado algunos datos, manteniendo los temas desarrollados.

Paraguay aún es considerado uno de los países más agrarios de Sudamérica por tener cerca del 37% de su población en el campo y una economía altamente dependiente del sector primario (Banco Mundial, 2022). En el primer semestre del 2023, la participación agrícola en el PIB ha fluctuado en torno al 40%, donde se tiene como principal responsable a la soja (Capeco, 2023). Actualmente, el país se ubica como sexto mayor productor de soja a nivel mundial y tercero en términos de volumen exportado mundialmente. El Paraguay cerró el 2022 con un crecimiento económico del 6%, sin embargo, la pobreza total alcanza al 24,7% de la población, con un 5,6% en la extrema pobreza (INE, 2023).

A partir de la situación económica y la diferencia social por las cuales atraviesa el Paraguay, este trabajo tiene como objetivo analizar, de manera exploratoria, las transformaciones por las

cuales pasó y está pasando el medio rural paraguayo, enfatizando la expansión de la soja y la dependencia económica del país sobre el grano de soja.

En los siguientes tres apartados se desarrollarán, primeramente, la metodología utilizada, seguido de los principales resultados y la discusión de la investigación. Por último, se desarrollan las consideraciones finales de esta investigación.

Metodología

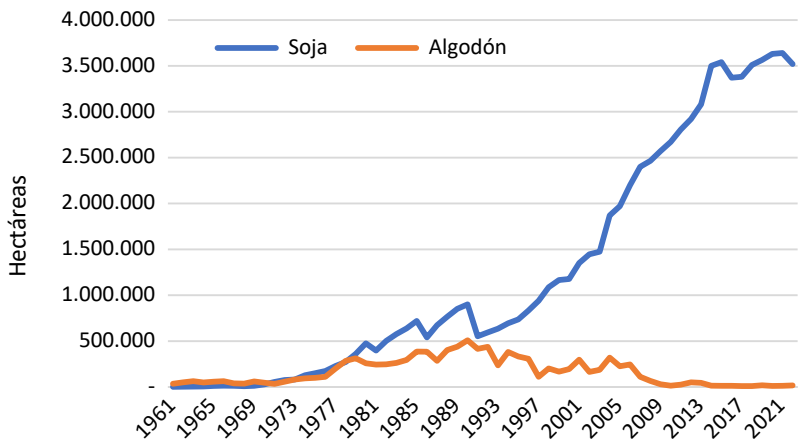
El trabajo parte de una investigación bibliográfica histórica, pasando a un análisis estadístico mediante el cual se demuestran los cambios ocurridos en la posesión de la tierra. Los datos bases utilizados son los del Censo Agropecuario Nacional, de los años 2008 y 2022, siendo éstos los más recientes realizados en Paraguay. También fue hecho el análisis de los documentos de emisión por entidades nacionales, así como fueron revisados artículos científicos, libros, páginas web de empresas y gacetillas de prensa, los cuales facilitaron el acceso a datos históricos y recientes de lo ocurrido en el medio rural paraguayo.

Principales resultados y discusión

El sector primario paraguayo se caracteriza por una dualidad productiva. En primer lugar, y con mayor fuerza adquisitiva, se encuentra un sector exportador dinámico: la Agricultura Empresarial (AE), con unidades productoras modernas, siendo sus principales productos los cereales, las oleaginosas y la carne; del otro lado se encuentra un sector más comprometido con la mano de obra intensiva, con unidades productoras tradicionales, dedicado principalmente al cultivo de algodón, mandioca y cultivos de subsistencia, en general dedicados a la demanda nacional: la Agricultura Familiar Campesina (AFC).

En la Figura 1 se puede observar el cambio significativo que ocurrió en el medio rural paraguayo. Hasta los años ochenta la producción de algodón venía liderando la superficie plantada en el país. Con el cambio político, la introducción de la llamada "revolución verde" y la "marcha hacia el este", además de los contextos sectoriales, fueron factores claves en el retroceso de la producción del algodón y el avance de la soja, que en el 2023 ocupó un total de 3,5 millones de hectáreas.

Figura 1 – Comparativo del área de producción de la soja y el algodón (1961-2022)



Fuente: Elaboración propia en base a Faostat (2024).

La desaparición del algodón, que era llamado el "cultivo renta" para los AFC, tuvo un fuerte efecto económico entre este público. Ese es un elemento que se refleja en la manutención de la pobreza rural, que afecta a 33,8% de la población del campo contra 19,5% de la ciudad (INE, 2023). Este dato también se conecta con la exclusión social efectuada por el modelo de desarrollo económico implantado ya desde tiempos de la dictadura. Según Palau (2014), 9.000 familias son expulsadas por año de sus tierras. Dicho sistema influye intensamente en el dislocamiento poblacional, pro-

vocando la hinchazón de las principales ciudades. Por otro lado, quien se mantiene en el campo con poca o ninguna tierra enfrenta un contexto de marcada vulnerabilidad social.

Entre los censos de los años 1991 y 2022, se logra identificar los cambios ocurridos en la cantidad de fincas existentes a nivel país conforme su tamaño. Conforme se puede ver en la Figura 2, hay una variación negativa entre aquellas con menos tierras, que muchas veces no tienen como sostener el espacio productivo y optan por vender sus tierras. En contrapartida, la variación es positiva para aquellas fincas con más de 50 hectáreas, sobre todo el grupo con más de 10.000 hectáreas, la variación es positiva. Por lo tanto, los medianos y grandes productores forman parte de este último grupo, es decir la AE, con ampliación del número de fincas de este tamaño en los últimos treinta años. De la mano de este crecimiento, se encuentra el auge constante de la frontera agrícola de la soja, como también, desde los 80 hasta el 2000, de la producción. Una característica tácita de este sistema productivo, donde el tamaño del área cultivada es la variable principal que define el margen de ganancia del productor (Wesz Jr., 2020).

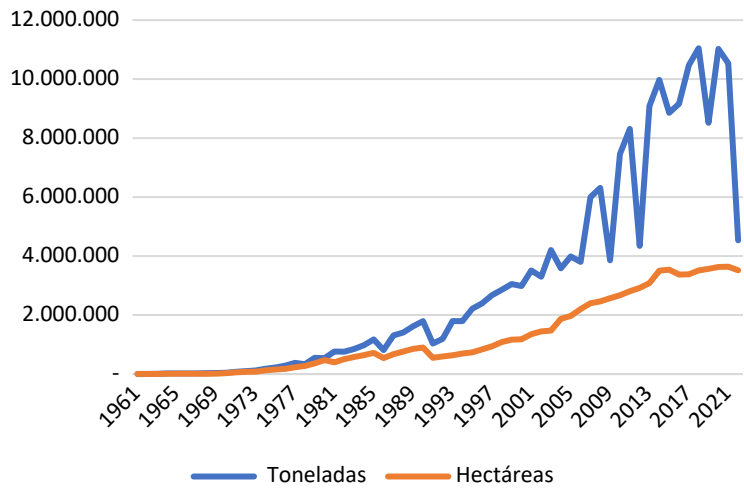
Figura 2 – Variación en la cantidad de fincas agropecuarias según su tamaño (1991-2022)



Fuente: Elaboración propia en base a MAG (2024).

La alta dependencia que presenta la economía del país de este sector es bastante riesgosa, y esto es evidente cuando ocurren las sequías, como en los años 2009, 2012 y 2022, generaron enormes pérdidas en la zafra de los granos (Figura 3), siendo uno de los motivos de las crisis económicas. Realizando un contraste con el comportamiento del PIB en los años donde se detecta el declive de la producción de soja, se encuentra que para el 2010 el PIB presentó una disminución del 42%, mientras que en el 2013 la disminución fue del 43%. Esto genera un efecto cadena, afectando al sector secundario y al sector de los servicios (Cubilla; Schreiner, 2020).

Figura 3 – Evolución del área cosechada y la producción de soja (1961-2022)



Fuente: Elaboración propia en base a Faostat (2024).

Consideraciones finales

La economía paraguaya, con su fuerte dependencia de la soja como principal motor económico, enfrenta una vulnerabilidad significativa frente a las fluctuaciones del precio internacional y

los eventos climáticos extremos. La volatilidad del mercado internacional, influenciada por factores como las políticas comerciales de grandes importadores y las condiciones económicas globales, puede causar variaciones abruptas en los ingresos por exportaciones de soja.

Esta dependencia expone al país a riesgos económicos, ya que cualquier disminución en la demanda global o caída en los precios puede tener repercusiones negativas en la economía nacional, afectando desde las finanzas públicas hasta el bienestar de los pequeños productores.

Los eventos climáticos extremos, como las sequías recurrentes, han demostrado tener un impacto devastador en la producción de soja en Paraguay. La reducción de la cosecha debido a condiciones climáticas adversas no solo disminuye los ingresos de los agricultores, sino que también tiene un efecto dominó en la economía del país, reduciendo las exportaciones y limitando el flujo de divisas.

Para abordar estas vulnerabilidades es crucial que Paraguay diversifique su economía y reduzca su dependencia de la soja. Esto implica fomentar la producción de otros cultivos, destacando aquellos de la AFC, invertir en tecnología agrícola avanzada y fortalecer las políticas ambientales para proteger los recursos naturales.

REFERENCIAS

BANCO MUNDIAL. **Indicador de población rural (% de la población total)**. [*S. l.*]: Banco Mundial, 2022. Disponível em: https://datos.bancomundial.org/indicador/SP.RUR.TOTL.ZS. Acesso em: 15 maio 2026.

PARAGUAY. MINISTERIO DE AGRICULTURA E GANADERÍA. **Censo agropecuario nacional 2022**. Asunción: MAG, 2022. Disponível em: https://www.datos.gov.py/dataset/censo-agropecuario-nacional-can-2022. Acesso em: 15 maio. 2026.

CAPECO. CÁMARA PARAGUAYA DE EXPORTADORES E COMERCIALIZADORES DE CEREALES Y OLEAGINOSAS. **La economía creció 5,4% al cierre del primer semestre de 2023**. Asunción: Capeco, 9 out. 2023. Disponível em: https://capeco.org.py/2023/10/09/la-economia-crecio-54-al-cierre-del-primer-semestre-de-2023/. Acesso em: 15 maio. 2026.

CUBILLA, S.; SCHREINER, S. Efecto clima en el crecimiento económico de Paraguay 2018-2019. **Ciencias Económicas**, Asunción, v. 1, n. 2, p. 62-76, 2020.

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Dirección de estadística FAOSTAT**. Roma: FAO, 2024. Disponível em: https://www.fao.org/faostat. Acesso em: 15 maio 2026.

PARAGUAY. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Pobreza total se situó en 24,7% en el año 2022**. Asunción: INE, 2023. Disponível em: https://www.ine.gov.py/noticias/1549/pobreza-total-se-situo-en-247-en-el-ano-2022. Acesso em 15 maio 2026.

MATTEI, L. **Pobreza rural**: um fenômeno histórico relacionado a estrutura agrária do país. Carta Maior, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Pobreza-rural-um-fenômeno-histórico-relacionado-a-estrutura-agraria-do-pais/7/26419. Acesso em: 6 nov. 2014.

PALAU, T. **Es lógico que una sociedad agredida se defienda**. Asunción: BASE-IS; Fundación Rosa Luxemburgo, 2014.

WESZ Jr., V. J. A rentabilidade dos produtores de soja no Paraguai: concentração e exclusão. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 156-179, fev. 2020.

AGRICULTORES FAMILIARES, GANADERÍA Y SOSTENIBILIDAD EN SAN JUAN DE ARAMA (META, COLOMBIA)

Lynda Mayerli Ospina Rengifo
Valdemar João Wesz Junior

La sostenibilidad busca la satisfacción de las necesidades actuales sin comprometer la capacidad de las próximas generaciones de hacer lo mismo (ONU, 1987), equilibrando el desarrollo económico, bienestar social y el respeto por el medio ambiente (Larrouyet, 2015). La coyuntura internacional actual está marcada por la crisis ambiental y social, en las que la agricultura y la ganadería son cruciales (IPCC, 2015; Comisión Europea, 2022; FAO, 2013). Los agricultores familiares en las áreas rurales son clave para la transición hacia sistemas agrarios más sostenibles, el sostenimiento de la producción alimentaria y las condiciones de vida (Altieri; Toledo, 2010).

Este estudio analiza estrategias de adaptación a la sostenibilidad en dos organizaciones de productores en San Juan de Arama, Meta, Colombia: Agasanjuan (Asociación de Ganaderos de San Juan de Arama) y Asoproleche Fénix del Ariari (Asociación de Productores de Leche Fénix del Ariari). La pesquisa parte de revisión bibliográfica así como entrevistas semiestructuradas con un extensionista municipal, representantes de las asociaciones y 12 familias vinculadas con ellas, realizadas entre el 10 y el 18 de abril de 2022.

El área de estudio y las organizaciones de productores

San Juan de Arama, a 119 kilómetros de Villavicencio (Colômbia), tiene 9.000 habitantes y 862 establecimientos rurales, el 94,1% son Unidades de Producción Agrícola (UPA) y el 5,9% Unidades de Producción no Agrícola (UPNA). Las actividades predominantes son la producción agropecuaria, con cultivos de soya, sorgo, yuca, maíz y palma aceitera; en la ganadería la producción de ceba y cría, así como doble propósito (carne y leche) (Rojas, 2021; Medina, 2020). El municipio se ubica en una subregión que ha sufrido violencia por el conflicto armado, luchas por la tierra y cultivos ilícitos (PNUD, 2010; Perez, 2020; Rojas, 2021); siendo que entre 1985 y 2022, 4.244 personas se reconocieron como víctimas del conflicto. Las asociaciones Agasanjuan y Asoproleche Fénix del Ariari, son fundadas en 2006 en esta coyuntura. La primera formada por ganaderos víctimas de la violencia que buscaban fortalecer la ganadería localmente y la segunda fundada por campesinos que antes cultivaban coca en procura de su sustitución. Para el momento de la investigación contaban con 75 y 65 familias asociadas respectivamente.

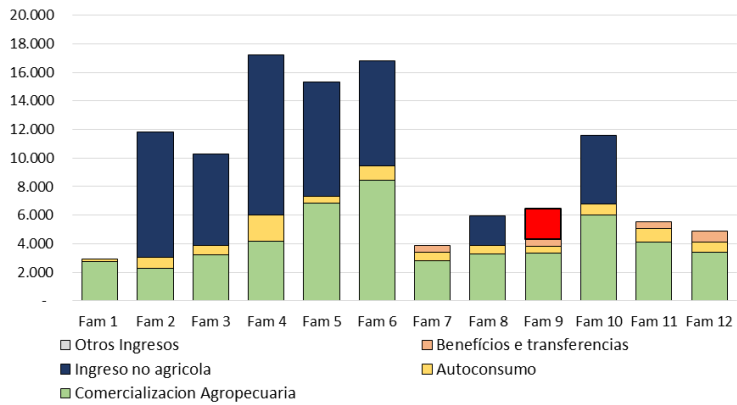
Las familias encuestadas y su condición económica

Las familias abordadas en la investigación se dividen en dos grupos: Asoproleche Fénix del Ariari (Familias 1 a 5) y Agasanjuan (Familias 6 a 12). Ellas poseen fincas que abarcan 376 hectáreas en total, con promedio de 31,3 hectáreas por finca. La mayoría tiene título de propiedad (84%), o contrato de arrendamiento (15%). El uso del suelo consiste principalmente de pastos (67%), seguido de bosques nativos (26%) y cultivos (6,9%). La ganadería doble propósito es la actividad principal, con la producción de leche y

terneros. La fuerza de trabajo es principalmente familiar, con asistencia técnica de ONGs y acceso a crédito rural (60%). Las familias tienen acceso a energía eléctrica y agua de pozos y nacientes.

La pluriactividad es común entre las familias, combinando actividades agrícolas y no agrícolas. En el abordaje del ingreso familiar, se utilizó las clasificaciones de renta mencionados en estudios como los realizados por Valdiviezo y Wesz Jr. (2022), Uruña (2021) y Maletta (2018). En ese sentido, las familias obtuvieron un promedio anual de $9.396 USD ($35.171.250 COP) en 2021. Aunque el salario mínimo legal colombiano anual fue de $2.913 USD ($10.902.319 COP), todas las familias, excepto una, superaron este índice. El hogar con ingreso mínimo realiza principalmente actividades agropecuarias, mientras la familia con ingreso mayor combina comercialización agrícola, autoconsumo y actividades no agrícolas (Figura 1).

Figura 1 – Ingreso total (en USD) por fuente de renta y familia (2021)

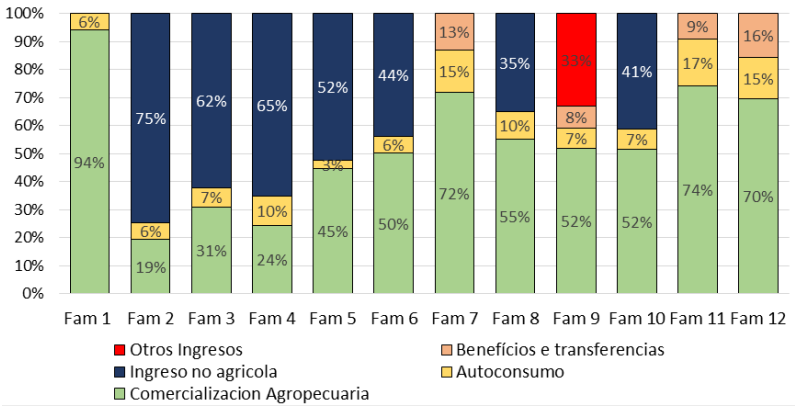


Fuente: Elaboración propia a partir de investigación de campo (2022).

La comercialización agropecuaria fue la fuente de ingresos más relevante, representando más del 70% de la renta bruta en los hogares 1, 7, 11 y 12. El autoconsumo fue practicado en todos los casos, alcanzando entre el 3% y el 17% de la renta familiar, siendo muy relevante en las familias 7, 11 y 12, mientras los ingresos no

agrícolas fueron notables en las familias 2, 3, 4, 5 y 10, destacándose actividades vinculados al turismo y actividades agrícolas en otras fincas (Figura 2).

Figura 2 – Ingreso total (%) por fuente de renta y familia (2021)



Fuente: Elaboración propia a partir de investigación de campo (2022).

La producción ganadera de doble propósito (leche cruda y terneros), representó la mayor parte de la renta agropecuaria, con 53,7% y 17,5% de los ingresos. Cada familia produjo en promedio 46 litros de leche al día, comercializados a través de Asoproleche Fenix del Ariari, empresas privadas, intermediarios, agroindustrias locales y ventas directas. Además de la ganadería, otros productos agrícolas para el autoconsumo familiar que contribuyen a la reproducción social.

Prácticas de transición hacia la sustentabilidad en ganadería doble propósito

El Desarrollo Rural Sostenible aborda la sostenibilidad en espacios rurales mediante iniciativas productivas que aprovechan los recursos locales. Aunque parte de una perspectiva local, también se conecta con escalas nacionales e internacionales. Su enfoque holístico considera dimensiones sociales, económicas,

ambientales y político-institucionales. Además, se han identificado diferentes prácticas sostenibles en el sistema productivo de los grupos familiares, como se detalla abajo.

Arreglos en los sistemas de pastoreo: se identificó la implementación de pastoreo semi intensivo con énfasis en potreros rotacionales y bancos de forraje en la época seca. Estos arreglos fueron implementados en el modelo de doble propósito y contribuyen a la sostenibilidad, conservación del suelo y las practicas ganaderas.

Manejo hídrico en la producción ganadera: se identificaron prácticas de manejo hídrico, como los acueductos ganaderos y restricción del acceso de animales a los nacimientos de agua.

Manejo de las áreas de bosques en el sistema ganadero: se constató en 9 familias la preservación de bosques, incluyendo bosques de galería, áreas de rastrojo y cercas vivas, gracias a iniciativas institucionales y de investigación. También se identificaron tres familias que ejercen estas prácticas de manera independiente.

Conclusiones

El trabajo analizó las respuestas de adaptación a la sostenibilidad a partir de familias vinculadas a dos organizaciones de productores (Agasanjuan y Asoproleche Fénix del Ariari) localizadas en San Juan de Arama, municipio que hace parte de una subregión privilegiada en términos de recursos naturales, pero a su vez históricamente afectada por los hechos de violencia, la incorporación economías ilícitas y la problemática de las tierras. Con esto, las personas se han refugiado en actividades legales con las que sustituir los cultivos de coca, como en este caso la producción ganadera de doble propósito y la organización social.

Estas organizaciones han promovido estrategias sostenibles, como las incorporadas por las familias en sus sistemas ganaderos, incluyendo mejoras en los sistemas de pastoreo, manejo del agua para la producción ganadera, conservación de áreas boscosas y

fomento de la asociatividad. Además, los agricultores han diversificado sus ingresos, cobrando importancia la implementación de estrategias económicas como el empleo en otros sectores como el ecoturismo. Adicional a esto, los agricultores participan significativamente en la esfera política y comunitaria. Finalmente, el recorrido de las asociaciones muestra procesos de autogestión, incentivado por el deseo de construir paz localmente con la sustitución de la coca. Aunque no se cuantifican las repercusiones, los resultados indican acciones de adaptación en múltiples dimensiones de sus vidas.

REFERENCIAS

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. La revolución agroecológica en América Latina: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **Revista El Otro Derecho**, Bogotá, n. 42, p. 163-202, dic. 2010.

COMISIÓN EUROPEA. **Causas del cambio climático**. [*S. l.*]: Comisión Europea, 2020. Disponível em: https://climate.ec.europa.eu/climate-change/causes-climate-change_es. Acesso em: 15 jun. 2022.

COMISIÓN EUROPEA. **Estrategia de la ue sobre biodiversidad de aquí a 2030**: devolver la naturaleza a nuestras vidas. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones de la Unión Europea, 2022. Disponível em: https://op.europa.eu/es/publication-detail/-/publication/77eb300c-b26a-11ea-bb7a-01aa75ed71a1.

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. La situación global. *In*: FAO. **Enfrentando el cambio climático a través de la ganadería**: una evaluación global de las emisiones y oportunidades de mitigación. Roma: FAO, 2013. p. 17-44.

IPCC. GRUPO INTERGUBERNAMENTAL DE EXPERTOS SOBRE EL CAMBIO CLIMÁTICO. Cambios observados y sus causas. *In*: IPCC. **Cambio climático 2014**: informe de síntesis. Ginebra: IPCC, 2015. p. 41-57.

LARROUYET, M. C. **Desarrollo sustentable**: origen, evolución y su implementación para el cuidado del planeta. 2015. 47 f. Tese (Especialización en Medio Ambiente y Desarrollo Sustentable) – Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2015.

MALETTA, H. **Tendencias y perspectivas de la agricultura familiar en América Latina**. Santiago: RIMISP, 2011. 33 p.

MEDINA, D. F. **Análisis de los efectos socio ambientales generados a partir de la expedición de la licencia ambiental para la explotación petrolera en el sector del AMEM, municipio San Juan de Arama**. 2020. 181 f. Tese (Maestría en Gestión Socioambiental) – Universidad de Ciencias Ambientales y Aplicadas, Bogotá, 2020.

ONU. COMISIÓN MUNDIAL SOBRE MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO. **Nuestro futuro común**. [*S. l.*]: ONU, 1987. Disponível em: https://n9.cl/evtqw. Acesso em: 24 ago. 2022.

PEREZ, M. V. **Las aguas profundas de San Juan de Arama 1997-2020**. Bogotá: Policía Nacional de Colombia, 2020. 128 p.

PNUD. PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Meta**: análisis de la conflictividad. Bogotá: PNUD, 2010. 80 p.

ROJAS, K. G. **"Una sola golondrina no llama agua"**: hacia la construcción de una memoria colectiva ambiental en la vereda Bajo Curia del municipio de San Juan de Arama, Meta. 2021. 142 f. Tese (Licenciatura en Ciencias Sociales) – Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá, 2021.

URUÑA, Z. **Fuentes de ingreso en la comunidad rural de Piquiñani – distrito Chijmuni – provincia Aroma – La Paz – Bolivia**. 2020. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

VALDIVIEZO, G.; WESZ JUNIOR, V. Fuentes de ingreso de las familias rurales en el caserío de Las Huacas (Piura-Perú): un análisis para los años 2018 y 2020. **Revista Latino-americana de Estudios Rurales**, Buenos Aires, v. 7, n. 14, p. 1-33, jul./dic. 2022.

ALIMENTAÇÃO, CULTURA E RURALIDADE

SABORES DE FOZ: DO PRODUTOR À SUA MESA – UM ESTUDO SOBRE A ALIMENTAÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES EM FOZ DO IGUAÇU

João Ernesto Pelissari Cândido
Silvia Aparecida Zimmermann

O estudo *Sabores de Foz: do produtor à sua mesa* investiga as práticas alimentares de agricultores familiares em Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, utilizando a observação participante a partir de um estudo etnográfico para entender a cultura alimentar. Realizado em 2015, o trabalho começou com um estágio voluntário na Associação dos Produtores Rurais Familiares de Foz do Iguaçu (APROFFOZ), buscando identificar pratos típicos da região e compreender a relação entre a produção, o processamento e o consumo de alimentos pelos agricultores familiares da associação para o trabalho de conclusão de curso em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA (Cândido, 2015).

O título deste trabalho tem como referência o nome dado à feira local realizada na sede da APROFFOZ, que foi criada por uma produtora familiar com o seguinte tema: *Sabores de Foz: do produtor para sua mesa*. O título da feira orientou o olhar de observação na verificação da importância simbólica da produção, do processamento e do consumo de alimentos dos agricultores pesquisados.

A pesquisa envolveu a observação participante das práticas alimentares de quatro famílias da APROFFOZ. "A observação participante, como método, serve à análise das relações sociais e destaca características essenciais da vida cotidiana" (Cardoso, 2004, p. 96). O trabalho buscou mergulhar nas práticas cotidianas de preparação de alimentos e investigar como esses alimentos funcionam como expressões de identidade cultural e coesão comunitária.

Desenvolvimento

A identidade cultural alimentar de Foz do Iguaçu é complexa, sendo tecida com diversas tradições culinárias que refletem a história agrícola e a diversidade étnica da região, sendo formada pela influência de povos indígenas, libaneses, chineses, paraguaios, entre outros, além de diferentes populações que vieram de outras regiões do Brasil no período da construção da Usina de Itaipu e permaneceram na cidade. A comida, como observa Menasche,

> não só alimenta o corpo, mas também serve como um veículo para a expressão cultural, revelando poder em torno de ideias e práticas e permitindo reconstruir memórias e redefinir identidades (Menasche, 2012, p. 17).

Na cidade, os pratos como "Porco no Tacho", prato preparado com carne suína produzida pelos agricultores familiares e cozida em pequenos pedaços em um tacho para a produção de gordura, e o "Frango Caipira com Polenta" o frango produzido pelos agricultores soltos em terreiros, são limpos e picados para serem feitos com molho para se juntar a polenta feita com fubá. São mais do que pratos de autoconsumo e subsistência; eles são celebrações da vida rural que vinculam as pessoas às suas raízes e às tradições passadas de geração em geração. Poulain e Proença (2003) apontam que a alimentação é central no processo de socialização,

integrando indivíduos na cultura e na comunidade desde a infância. Este aspecto se torna aparente nas festas e encontros de agricultores em Foz do Iguaçu, onde esses pratos não só satisfazem à fome, mas também fortalecem os laços sociais e afirmam a identidade coletiva.

Da Matta (1987, p.22) ressalta que "a comida se torna um reflexo das condições sociais e das identidades culturais". Em Foz do Iguaçu, o "Porco no Tacho" é frequentemente o centro das celebrações locais dos agricultores, destacando-se não apenas pelo seu sabor, mas também como um símbolo de hospitalidade. Nas casas dos agricultores, o "Frango Caipira com Polenta" evoca uma conexão com a terra e com as práticas agrícolas tradicionais, servindo como uma ponte entre o passado e o presente.

Além desses pratos, a multiculturalidade de Foz do Iguaçu introduz uma complexidade adicional na definição de um prato típico. A cidade, por sua localização na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, é um "caldeirão" de influências culturais que se manifestam em sua gastronomia. Pratos como o "Pirá de Foz", uma criação local que utiliza peixe fresco dos rios da região, tentam capturar essa síntese cultural, embora, como indica Fujimoto (2011), muitos residentes não reconhecem os pratos locais como parte de sua identidade alimentar tradicional.

A diversidade cultural presente na cidade expressa raízes culturais diversas e dessa mistura pode-se notar os mais variados hábitos alimentares, que se tornam visíveis nas ruas da cidade, em que se pode observar restaurantes que anunciam comidas de diversas nacionalidades. A interação entre as tradições alimentares indígenas, europeias e sul-americanas em Foz do Iguaçu proporciona uma oportunidade para estudar sobre os resultados da globalização nas práticas alimentares locais. Enquanto pratos tradicionais são preservados e celebrados, novos ingredientes e técnicas culinárias são introduzidas, criando uma dinâmica de adaptação e inovação. Este fenômeno pode ser observado no

crescente número de festivais gastronômicos que celebram tanto a comida local quanto internacional, oferecendo um espaço para o diálogo e a troca culinária entre culturas.

O papel da comida como elemento de resistência cultural é evidente em Foz do Iguaçu. Em meio à modernização e às pressões da globalização por uma "gourmetização" de pratos internacionais ou de *fast-foods*, pratos como o "Porco no Tacho" e o "Frango Caipira com Polenta" servem como lembretes das tradições que definem a comunidade agrícola local. Esses pratos são frequentemente o foco de eventos rurais e também fazem parte do cotidiano da agricultura familiar da cidade.

É importante considerar os desafios que os agricultores familiares de Foz do Iguaçu enfrentam devido às mudanças climáticas e às pressões econômicas, visto que a sustentabilidade das práticas agrícolas e culinárias é uma preocupação constante das famílias que praticam a agroecologia. Mostra-se relevante que ocorram iniciativas de políticas públicas para promover métodos de agricultura sustentável, que estimulem o uso de ingredientes locais e sazonais, o que contribui na preservação do meio ambiente e assegura a continuidade da soberania alimentar da região.

Considerações finais

O estudo etnográfico realizado em Foz do Iguaçu revelou uma interseção entre alimentação, cultura e identidade entre os agricultores familiares locais. Através da observação participante, foi possível verificar como os pratos típicos locais não apenas alimentam os corpos, mas também nutrem as conexões comunitárias e fortalecem a identidade cultural. O "Porco no Tacho" e o "Frango Caipira com Polenta", mais do que meros alimentos, são símbolos de resistência cultural e orgulho dos agricultores locais, refletindo sua história e tradições.

O impacto das influências migrantes na cultura alimentar de Foz do Iguaçu, uma cidade caracterizada por sua multiculturalidade, revela a complexidade da identidade alimentar local, influenciada pelas dinâmicas da tríplice fronteira, mas também de todos os povos que vivem no local, o que demonstra a fluidez das tradições alimentares que se adaptaram continuamente às condições sociais e econômicas fronteiriças. Este fenômeno traz a importância de abordagens antropológicas para compreender como as comunidades rurais mantêm e transformam suas práticas culturais em resposta a esses desafios.

A pesquisa ressalta a importância da sustentabilidade na produção de alimentos locais e da valorização da agricultura familiar como resistência à globalização alimentar. As práticas observadas nas famílias de agricultores de Foz do Iguaçu mostram uma pluralidade de como a alimentação pode ser um ato de afirmação cultural e um meio de preservar conhecimentos ancestrais, que são importantes para a segurança alimentar e nutricional e para a biodiversidade cultural da região.

As histórias culinárias de Foz do Iguaçu, como é mostrado por este estudo, são importantes formas de conhecimento e resistência cultural. O reconhecimento e o apoio a essas práticas enriquecem nossa compreensão da diversidade cultural e também contribuem para a sustentabilidade ecológica e social, oferecendo caminhos para que as futuras gerações conheçam suas identidades históricas em um mundo em constante mudança.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, J. E. P. **"Sabores de Foz: do produtor a sua mesa"**: um estudo sobre a alimentação entre agricultores familiares em Foz do Iguaçu. 2015. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/410. Acesso em: 13 jul. 2024.

CARDOSO, R. L. **A aventura antropológica**: teoria e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 200 p.

DA MATTA, R. La cultura de la mesa en Brasil. *In*: **El Correo de la UNESCO**, París, n. 5, p. 22-24, mayo 1987.

FUJIMOTO, A. S. H. O desenvolvimento sustentável do turismo gastronômico nipônico em Foz do Iguaçu. *In*: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU, 5., 2011, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: Festival de Turismo das Cataratas, 2011. p. 1-15.

MENASCHE, R. A comida vista em diferentes contextos revela seu poder em torno de ideias e práticas. *In*: MENASCHE, R. **Dimensões socioculturais da alimentação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 1-20.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 245-256, 2003.

HÁBITOS ALIMENTARIOS DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES, ANTES Y DURANTE LA PANDEMIA COVID-19 EN LA COMUNIDAD DE YBYRATY-ESCOBAR, PARAGUAY

Leticia Diana Molinas Bogado
Régis da Cunha Belem

La categoría de "hábito alimentario" ha sido un concepto tradicional en la Antropología de la alimentación. Fue introducido y usado por precursores como Guthe, Mead, Passin, Bennett, y Douglas, quienes lo comprenden como formas de comportamiento alimentario bien establecidas en el modo de vida de los miembros de una cultura (Munárriz; De Luis, 2009).

El objetivo de este trabajo es conocer los hábitos alimentarios de los agricultores familiares en la comunidad de Ybyraty (Escobar – Paraguay) antes y durante la pandemia, identificando posibles cambios entre ambos periodos e investigando sus causas. Para ello, se busca caracterizar la dieta previa a este contexto, analizar las prácticas adoptadas durante la pandemia y contrastar ambas realidades para evidenciar las diferencias ocurridas en dicho entorno.

Según la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, los hábitos alimentarios se conceptualizan como el

> conjunto de costumbres que condicionan la forma de cómo los individuos o grupos seleccionan, preparan y consumen sus alimentos, influenciadas por la disponibilidad de éstos, el nivel de educación alimentaria y el acceso a los mismos. (FAO, [200-?], p. 130)

Por su parte, Contreras y Arnaiz (2005, p. 405) sostienen que, para comprender los comportamientos alimentarios de una población, es preciso considerar las interacciones complejas entre alimentación, sociedad y cultura.

La agricultura familiar es un sector clave para garantizar la seguridad alimentaria de las personas. Sin embargo, en el ámbito de las constantes transformaciones productivas, económicas, sociales y culturales que se vienen desarrollando en las comunidades, estos cambios se ven reflejados en el acceso y la calidad de los alimentos frente a la pandemia de Covid-19, conduciendo a las personas a adquirir nuevos hábitos alimentarios.

Teniendo en cuenta las actividades agrícolas, la comunidad de Ybyraty-Escobar se caracteriza por el trabajo arduo en la producción de alimentos tanto para el autoconsumo como para el mercado (ferias locales), dependiendo únicamente de la cantidad disponible de los productos. Entre las actividades económicas desarrolladas en Escobar predominan la agricultura y la ganadería, principalmente el cultivo de mandioca, poroto, maíz y sus variedades, algodón, caña de azúcar, etc.

Por tanto, frente a esta nueva realidad de la pandemia, los agricultores buscan la mejor manera de sobrellevar cualquier situación en el campo para alcanzar el poder adquisitivo, como la implementación de estrategias de producción agroecológica, el aumento de la cantidad de cultivos y el valor económico. Es aquí donde se abre una interrogante para la investigación: ¿En qué medida se vienen transformando los hábitos alimentarios de los agricultores familiares? ¿Comemos como antes o qué prácticas diferentes se han incorporado frente a la pandemia de Covid-19? Este capítulo es el resultado de un TCC presentado en la UNILA en el año 2023, bajo la orientación del profesor Régis da Cunha Belem.

Metodología

Se realizó una revisión integrada de la literatura de carácter cualitativo y se condujeron entrevistas con preguntas semiestructuradas (Manzini, 2004). Seleccionamos ocho familias de agricultores de la comunidad local de Ybyraty-Escobar, a partir de la experiencia de una investigación previa. A partir de ello, se utilizaron datos relacionados con la caracterización y el perfil de las familias, teniendo en cuenta la relación directa con la producción agrícola, los cultivos y los alimentos.

Posteriormente, se aplicaron las entrevistas de manera presencial y se realizó la transcripción de las respuestas, traducidas del idioma guaraní al español para presentar los resultados. Los representantes entrevistados de cada grupo familiar fueron identificados con nombres ficticios de acuerdo con la estructura del guion de preguntas abiertas, acentuando las respuestas clave del tema.

Resultados y discusión

En esta sección, se abordan factores referentes al acceso a la alimentación, producción local y abastecimiento alimentario de los agricultores familiares, considerando la cultura y su relevancia social. A partir de la revisión de estudios y las entrevistas aplicadas, tenemos que las familias están compuestas en promedio por cuatro personas de las cuales la mayoría posee menos de 18 años (37,8%), un cuarto tiene entre 18 y 39 años (24,4%), otro cuarto tiene entre 40 y 59 años, y las personas mayores de 60 años o más constituyen un poco más del diez por ciento de los entrevistados (13,51%). Las propiedades cuentan con un área promedio de 3,9 hectáreas, siendo que la extensión de las fincas varía de 1 a 16 hectáreas. En cuanto al apoyo técnico y económico, la mayoría

de las familias están asociadas principalmente a organizaciones no gubernamentales (ONGs), como asociaciones de productores y comités.

Se obtuvieron algunos patrones alimenticios diferentes antes y durante la pandemia en la comunidad de Ybyraty-Escobar (Tabla 1), identificándose diferentes razones, tales como: el abandono de varios alimentos típicos antes de la pandemia, sobre todo por la practicidad y facilidad de acceso a otros alimentos, el alto valor económico de los productos y también la producción del propio alimento. Sin embargo, con la llegada de la pandemia, este hábito se incluyó nuevamente en la vida cotidiana.

El impacto generado por la pandemia pone en evidencia la problemática abordada en esta investigación, pudiéndose destacar en la comunidad de estudio algunos patrones alimenticios obtenidos de acuerdo a los entrevistados. La mayoría de los entrevistados sostiene que antes de la pandemia las familias ya presentaban cambios en los hábitos con respecto a la calidad y acceso de los alimentos. Era más fácil comprar comidas rápidas de una tienda o supermercado, productos enlatados y ultraprocesados; ya no se aprovechaba más la tierra para producir. Asimismo, mencionan la necesidad de implementar diferentes prácticas alimenticias, como volver a cultivar, principalmente la producción de variedad de verduras y la cría de animales domésticos para el autoconsumo.

Con respecto a esto:

> La crisis sanitaria y las medidas adoptadas para contener la propagación del virus han afectado todos los elementos y actividades relacionadas con la producción, agregación, distribución, preparación y consumo de alimentos (Da Silva *et al.*, 2021, p. 19)

impactando negativamente sobre los hábitos alimentarios de las comunidades y agricultores familiares.

Por otro lado, durante la pandemia se valoró nuevamente la tierra y lo que ofrece para producir alimentos orgánicos. Todo esto se basó en la información mostrada en diferentes fuentes de redes sociales con relación a las diferentes prácticas y hábitos alimentarios que se pueden emplear, dado que la economía se veía afectada. Por ello, se optó por estrategias como una pequeña huerta agroecológica, la rotación de cultivos, el acceso y aprovechamiento de los alimentos que ya disponían desde hace tiempo, y menos dependencia de mercados externos para la alimentación. Entonces, se recurrió nuevamente a los alimentos totalmente "nuestros" en lo que se refiere a la culinaria cultural típica.

No obstante, se resalta que para una parte (dos familias) no generó gran impacto en sus hogares. Siguen un hábito alimentario diferenciado; antes y durante la pandemia, estas familias continúan produciendo sus propios alimentos para el autoconsumo y, en menor medida, para el mercado (ferias).

Además, la totalidad de las familias entrevistadas sostuvieron que el hábito alimentario diario de las familias es preferentemente el consumo de carne vacuna, cerdo, gallinas criollas; huevos; productos lácteos, leche y sus derivados; legumbres y verduras, en su mayoría obtenidas de la finca. En la comunidad existen ocho alimentos típicos que forman parte de los hogares, como el bori bori, rora, locro, poroto con pata, maní con cocido, chipa manduví, chipa so'o y chipa tradicional, consumidos sobre todo por sus propiedades nutritivas. Estos alimentos generan buen crecimiento, sustento y buena defensa; asimismo, estos preparados configuran los hábitos alimentarios en la comunidad.

El rol de las mujeres ha sido fundamental para el desarrollo de la producción, acceso y abastecimiento de alimentos, tanto en las huertas familiares como en las comunitarias (García, 2021). Según la totalidad de los agricultores familiares, en la comunidad se retornó a la creatividad de las mujeres, se volvió a conservar, mantener y almacenar los alimentos.

Conclusión

Se enfatizan algunas características del proceso del sistema alimentario de los agricultores familiares, como la capacidad de recuperarse y cambiar principalmente los hábitos alimentarios, reafirmando de esta manera la importancia de una alimentación saludable, el consumo adecuado de los alimentos y garantizando la seguridad y soberanía alimentaria de las familias. Se destaca el rol de la agricultura familiar, enfocada en el acceso a la tierra, el trabajo soberano de los agricultores y cómo cada familia recibe y proporciona alimentos a sus miembros.

Por otra parte, es necesario desarrollar programas de intervención para los agricultores familiares y políticas públicas que puedan ayudar a la comunidad a mejorar y mantener sus hábitos alimentarios. Es importante que se estimule la producción local y se ofrezca financiación para soluciones basadas en la producción y el autoconsumo. Además, para poder llevar una alimentación saludable, se deben promover buenas prácticas en los sistemas agroalimentarios (SA), con el fin de asegurar la calidad e inocuidad de los alimentos, así como disminuir su desperdicio.

REFERENCIAS

CONTRERAS, J.; ARNAIZ, M. G. **Alimentación y cultura**: perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel, 2005. 506 p.

DA SILVA, J. *et al.* **Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe**: desafíos en un escenario pospandemia. Panamá: FAO; CIDES, 2021. 110 p.

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Hábitos alimentarios**: glosario de términos. [*S. l.: s. n.*], [2011?]. Disponible en: https://www.fao.org/3/am401s/am401s07.pdf. Acceso el: 20 dic. 2021.

GARCÍA, D. **Mujeres rurales en pandemia**: su rol contra la pobreza y el hambre. Asunción: CADEP, 2021. 45 p.

MANZINI, E. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 42., 2004, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: USB, 2004. p. 1-10. Disponible en: https://www.marilia.unesp.br. Acceso el: 05 set. 2022.

MUNÁRRIZ, L. Á.; DE LUIS, A. Á. Estilos de vida y alimentación. **Gazeta de Antropología**, Granada, v. 25, n. 1, p. 1-15, 2009.

EDUCAÇÃO, GÊNERO E GERAÇÃO NO CAMPO

PROJETOS DE VIDA NO ESPAÇO RURAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR: JUVENTUDE, GÊNERO, EDUCAÇÃO E TRABALHO[1]

Karini Aparecida Scarpari

As abordagens sobre gênero expressam a disparidade existente em nossa sociedade na medida em que fazem transparecer a posição desigual da mulher em relação ao homem. Estudos sobre a influência do gênero na vida das populações rurais demonstram que as mulheres rurais são as que menos têm poder e acesso aos recursos, principalmente em zonas rurais de países subdesenvolvidos, como no caso da América Latina (FAO, 2011b; 2013).

Assim, o tema da "igualdade de gênero" é latente na atualidade, sendo utilizado para definir metas e intervenções de instituições internacionais e consta como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS – ONU). A diminuição das disparidades de gênero também constitui um fator importante para que se tenha segurança alimentar e para que se alcancem seus quatro princípios fundamentais: disponibilidade, estabilidade, utilização e acesso aos alimentos.

As assimetrias existentes entre homens e mulheres têm afetado de forma significativa a produção de alimentos, não se tratando apenas de uma desigualdade de acesso e controle sobre a terra, pois as mulheres também são prejudicadas no que diz respeito ao acesso a outros recursos básicos como a água, energia,

[1] Esse texto deriva do Trabalho de Conclusão de Curso de mesmo nome realizado pela autora e com a orientação do Professor Dr. Exzolvildres Queiros Neto em 2014.

crédito, conhecimento e mão de obra na agricultura (FAO, 2011a; 2013). Esse reconhecimento de que homens e mulheres desempenham atividades diferentes, somado à existência de obstáculos culturais, institucionais, físicos e econômicos enraizados na sociedade moderno/colonial, demonstra que ocorre discriminação sistemática de gênero no rural.

De acordo com Brumer (2004), a tecnologia favorece o trabalho desenvolvido nas propriedades rurais, tanto na agricultura como na pecuária. Para a autora, o uso de diferentes equipamentos serve para desconstruir a ideia de trabalho pesado e trabalho leve que é corriqueiramente utilizado como discurso para definir o trabalho dividido a partir do gênero. Ademais, a divisão de trabalho a partir do gênero está muito mais ligada a um aspecto cultural do que biológico, pois as mulheres desempenham atividades que demandam força e exigem gastos energéticos tão altos quanto os homens (Brumer, 2004).

Diante disso, a proposta deste trabalho foi analisar a realidade de jovens do sexo feminino que vivem no espaço rural, com base nas dinâmicas socioculturais em que estão inseridas. Para isso, foram selecionadas cinco jovens do sexo feminino que estudavam na Escola Agrícola Estadual Manuel Moreira Pena em Foz do Iguaçu na modalidade de internato e que residem no espaço rural de São Miguel do Iguaçu, Paraná.

Esse recorte foi feito com base em algumas problemáticas. A primeira delas é a realidade da Educação do Campo e suas características intrínsecas ao processo histórico e social do Brasil, e mesmo do estado do Paraná. A segunda tem a ver com as opções/projetos de vida das jovens que vivem no espaço rural. E a terceira transpõe a problemática de gênero e trabalho na sociedade, sobretudo, no meio rural. A partir disso, nosso objetivo foi analisar as jovens residentes no espaço rural considerando as variáveis relacionadas ao curso técnico, gênero e trabalho nas unidades produtivas.

O trabalho de pesquisa adotou a metodologia qualitativa. foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisa como revisão bibliográfica, definição de informantes-chave, entrevistas com dirigentes de instituições como as Secretarias Municipais de Agricultura. Nesse sentido, a problemática de gênero, o papel da mulher no universo do trabalho na propriedade rural e os motivos de as jovens optarem por fazer o curso Técnico em Agropecuária ampliam e qualificam nosso entendimento sobre a construção do projeto de vida no espaço rural.

Breves considerações sobre São Miguel do Iguaçu, PR

O município de São Miguel do Iguaçu (SMI) está localizado no extremo oeste paranaense, possui uma extensão territorial de 851,304 km², com uma densidade demográfica de 30,27 habitantes por km² e a população estimada é de 27.061 habitantes com uma população rural de 9.279 habitantes distribuídos em 3.195 propriedades rurais de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). O agronegócio é responsável pela maior fatia da economia, atingindo uma área de 56.744,59 hectares cultivados.

Desde o início da colonização há relatos sobre a divisão do trabalho caracterizada a partir do gênero. O homem aparece como figura central, seja no desenvolvimento das atividades relacionadas à agricultura e, em alguns casos, a pecuária. As mulheres tinham como principal atividade os afazeres domésticos, cuidando dos filhos, da casa e a "ajuda" na lavoura, quando necessário.

Educação, gênero e trabalho no espaço rural

O debate sobre a educação do campo só acontece nas primeiras décadas do século XX, visto como uma forma de conter a migração rural-urbana e aumentar a produtividade no campo. Assim, a

Constituição de 1934 apresenta grandes inovações sobre a educação ao estabelecer os primeiros Cursos Técnicos em Agropecuária visando à formação profissional para o trabalho na agricultura. Entretanto, ela incorpora o papel da escola na constituição de identidades hierarquizadas com base no gênero, não permitindo a entrada de meninas nos cursos.

Com respeito às caracterizações presentes em definições acadêmicas sobre juventude, os critérios biológicos e de faixa etária são utilizados para identificar a categoria, associando muitas vezes juventude a um período de transição entre a infância e a vida adulta (Martins *et al.*, 2010). Entretanto, no que se refere aos jovens rurais, Castro (2009) chama a atenção para o fato de que no espaço rural a categoria juventude é historicamente construída e definida pela posição social que o indivíduo ocupa na família e na comunidade, marcada pela subalternidade dentro ou fora da família.

Segundo Brumer (2004), o responsável pela parte produtiva geralmente é o homem, "chefe da família"; é ele quem toma as decisões de investir em novas tecnologias, quem mantém contato com os técnicos, faz a maioria das compras e vendas, relaciona-se com os bancos e participa de associações ou cooperativas. O Secretário de Agricultura de SMI, Nacleto Tres, aponta que um dos conflitos que ocorrem na família, especificamente entre os jovens e seus pais, está relacionado ao uso de tecnologia: "Muitas vezes os jovens têm uma visão diferente da dos pais, querem investir e mudar a forma de produzir, mas os pais querem continuar com a forma tradicional".[2]

Para as mulheres, e principalmente as que se encontram na posição de filha, a saída do rural para os centros urbanos é vista como uma alternativa. Ela ocorre por diversos motivos, mas o principal deles refere-se à possibilidade de dar continuidade aos estudos e de conseguir um bom trabalho. No entanto, Brumer (2004) aponta que os motivos da migração das jovens se devem,

[2]Entrevista realizado com o Secretário de Agricultura de São Miguel do Iguaçu Nacleto Tres, 2014.

sobretudo, à falta de oportunidades oferecidas no espaço rural e a forma como ocorre a divisão do trabalho no interior da família que implica numa invisibilidade sobre o trabalho realizado por jovens e mulheres nas unidades produtivas.

Análise e discussão dos resultados de pesquisa

A Escola Agrícola de Foz do Iguaçu recebeu, desde seu princípio, apenas meninos. As vagas ofertadas às meninas são recentes e o número de espaços de alojamento destinados a elas é menor. Nesse caso, observamos que, entre os jovens de SMI que cursam Técnico em Agropecuária, em todas as faixas etárias, ocorre maior representatividade de meninos do que de meninas. O principal motivo para as meninas estudarem no curso técnico é a busca pelo conhecimento, relacionando-a com o fato de viverem no rural. Entretanto, outra característica menos evidente é a diminuição no número de filhos de modo que algumas famílias apresentam em sua estrutura apenas filhas.

Além disso, os dados obtidos indicam que as mulheres têm alcançado maior escolaridade que os homens entre os pais dessas jovens. Mesmo assim, na maioria dos casos analisados as mulheres exercem trabalhos considerados de "ajuda" aos seus parceiros dentro da propriedade, já que as funções domésticas tendem a predominar em razão do gênero feminino. Esse fato se conecta ao que Brumer (2004) considera como menos oportunidades de trabalho e perspectiva de vida para as mulheres no espaço rural fazendo com que muitas optem por construir seus projetos de vida na cidade.

Ao serem interrogadas sobre as atividades em que mais contribuem na propriedade, as jovens entrevistadas responderam que costumam desempenhar funções voltadas aos serviços domésticos, seguidas do trato e dos cuidados com os animais, e, quando necessário, ajudam no plantio e na colheita, raramente operando algum maquinário. Portanto, a visão sobre o tipo de trabalho rea-

lizado por homens e mulheres dentro da propriedade se encontra, todavia, carregada de diferenças estabelecidas com base no gênero, enraizadas na cultura.

Considerações Finais

Esta pesquisa mostrou que trabalho e gênero no meio rural são, antes de tudo, processos culturais. A Educação Técnica, desde sua criação, esteve voltada para atender apenas a parcela masculina da população. No entanto, algumas mudanças foram colocadas em curso, como podemos observar pelas vagas destinadas às meninas do Curso Técnico em Agropecuária. Ainda assim, o estudo mostrou que nas unidades produtivas as jovens desempenham atividades junto das mães, geralmente no trabalho doméstico e na ordenha, salvo aquelas jovens cuja família não apresentam filhos do sexo masculino. Nesses casos, há uma abertura modesta para as jovens realizarem trabalhos mais ligados ao gênero masculino.

Por fim, nota-se que por meio da escola as jovens de SMI que estudam no Colégio Agrícola e que participaram desse estudo adquirem conhecimento e experiência em diferentes atividades. Ao ingressarem no curso técnico, elas conseguem ter acesso ao ensino, onde são orientadas a desempenhar tarefas no dia a dia escolar, principalmente nas aulas práticas, que nas unidades produtivas não são atribuídas às mulheres. Nesse cenário, a modalidade de educação à qual elas têm acesso contribui na construção dos seus projetos de vida junto ao rural, por permitir que testem diferentes habilidades.

REFERÊNCIAS

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan./abr. 2004.

CASTRO, E. *et al.* **Os jovens estão indo embora?** juventude rural e a construção de um ator. Seropédica: Mauad X, 2009. 150 p.

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. Módulo 1. Marco conceptual: cuestiones de género y enfoques para el análisis de género. *In*: FAO. **Guía de capacitación**: investigación del género y cambio climático en la agricultura y la seguridad alimentaria para el desarrollo. 2. ed. Roma: CCAFS; FAO, 2013. p. 1-20. Disponível em: http://www.fao.org/climatechange/micca/gender. Acesso em: 23 nov. 2014.

HISTÓRIA de São Miguel do Iguaçu. *In*: SÃO MIGUEL DO IGUAÇU. **Prefeitura municipal de São Miguel do Iguaçu**. São Miguel do Iguaçu, 2014. Disponível em: https://saomiguel.atende.net/cidadao/pagina/historia-do-municipio. Acesso em: 23 nov. 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente, 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em 23 nov. 2014.

MARTINS, M. *et al.* Jovens rurais no Brasil: a construção de um novo ator político. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais** [...]. Porto de Galinhas: ALASRU, 2010. p. 1-15.

EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO NO CAMPO? OS CONCEITOS E A PRÁTICA A PARTIR DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR

Desideri Marx Travessini

O presente trabalho surge em decorrência da participação do acadêmico, na condição de voluntário, no projeto de pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) (2013–2016): *Jovem no Rural ou do Rural? Para Além da Terra e do Setor Agrícola: uma perspectiva de análise sócio-espacial da ruralidade em São Miguel do Iguaçu/PR*. Os estudos e pesquisas realizados permitiram o contato com o eixo de educação do campo, o qual despertou a atenção para a realização de um estudo mais aprofundado sobre o tema e originou, em 2015, um TCC para a obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. O estudo da literatura em educação do campo e da educação rural serve de referencial teórico-metodológico para este trabalho, com vistas a estabelecer o vínculo necessário entre os conceitos próprios da educação do campo e os conceitos da área do desenvolvimento rural, levando em consideração o contexto social rural. As diretrizes das políticas públicas que fornecem os elementos constitutivos para a educação do campo não deixam dúvidas quanto ao protagonismo dos atores envolvidos na definição do processo ensino-aprendizagem (Caldart, 2011). Isso equivale a dizer que a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como a elaboração de projetos que abordem a temática do campo nas escolas do campo do município de São Miguel do Iguaçu, onde esta pesquisa foi realizada, deveriam ser desenvolvidos a partir de tais características. Desse modo, este trabalho teve por objetivo analisar a estrutura metodológica do Colégio Dom

Pedro II, já que este foi objeto de análise no projeto de pesquisa supracitado, para assim determinar se o mesmo se enquadra nas propostas pedagógicas da política de educação do campo.

Foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com professores e alunos, além da análise de referências que abordam o tema do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II, no município de São Miguel do Iguaçu.

Local de Pesquisa

O município de São Miguel do Iguaçu/PR foi fundado em 1948, pela empresa Colonizadora Gaúcha Limitada. De acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, o município contava com aproximadamente 27 mil habitantes, sendo que a grande maioria das pessoas residia na zona rural. Por contar com uma grande área de produção agrícola, principalmente soja, milho e algodão, a economia do município gira em torno da agricultura (IBGE, 2014).

Em 1970, foi fundado o Colégio Estadual do Campo Dom Pedro II, que passou por mudanças em sua nomenclatura até que, em 2009, passou a ser denominado Escola Estadual Dom Pedro II. Segundo dados da Secretaria da Educação do Paraná (SEED/PR, 2015), a escola atendia o ensino fundamental e médio e contava com aproximadamente 170 alunos matriculados, distribuídos em dez turmas: três do ensino médio, sete do ensino fundamental e três de atividades complementares.

Educação do campo e Desenvolvimento Rural

A definição do rural varia de acordo com como cada país concebe a sua ocupação territorial. Em muitos casos é caracterizado pelas verdes paisagens, que remetem à tranquilidade e às relações sociais nelas estabelecidas (Wanderley, 2001).

Martins (2014) complementa a ideia ao conceber o rural com base na perspectiva do território, visto que, ao se usar a expressão "desenvolvimento territorial" se está fazendo alusão à categoria cidade-campo como um todo complexo, que vai além de uma visão ultrapassada onde o campo é atrasado e a cidade é moderna. Os alunos das escolas do campo residem, em sua maioria, na área rural dos municípios ou distritos. A fonte primária de renda das famílias dos alunos é a produção agrícola (Caldart, 2011). Tendo em vista a preocupação das escolas em proporcionar um ambiente onde os alunos possam sentir a complementação do que presenciam em seu ambiente de produção, a Rede Estadual de Ensino do Paraná conta com o Programa Mais Educação do Ministério da Educação (MEC). Esse programa visa a permanência dos alunos na escola fora do período de aula, para que desenvolvam atividades em diversas áreas, desde o acompanhamento pedagógico até o campo de desenvolvimento sustentável. Algumas escolas contam com horta escolar, como é o caso do Colégio Estadual do Campo Dom Pedro II (Paraná, 2015). Conforme Carlos Cury (2008), apesar da educação ser um direito universal garantido por lei, a lógica sistêmica capitalista impõe restrições de recursos para essa área, gerando, por consequência, a exclusão do ensino em determinadas regiões, sendo a zona rural a mais afetada. Ainda, segundo Caldart (2011), o campo ainda é visto como sinônimo de atraso e desconexão com o atual modelo de desenvolvimento. Isso traz reflexos negativos para a educação destinada ao meio rural, o que a autora trata como "resíduo do processo de modernização" (p. 48).

Análise e Discussão dos Resultados da Pesquisa

Para isso serão utilizados dados referentes à participação no encontro Formação em Ação: Educação do Campo: os sujeitos do campo vinculados à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais, realizado no referido colégio em agosto de 2015 com a presença de professores e agentes educacionais. Realiza-se tam-

bém a análise das respostas de um questionário semiestruturado, aplicado pelo projeto de pesquisa CNPq: Análise Socioespacial da Ruralidade em São Miguel do Iguaçu, dos quais foram utilizados oito de um total de vinte questionários para este trabalho. Compõem também esta pesquisa entrevistas gravadas, que seguiram um roteiro. Foram entrevistados quatro professores e seis alunos do ensino fundamental II e médio.

No encontro Formação em Ação, foram debatidas várias questões referentes à educação, à metodologia aplicada na escola. Os próprios professores reconhecem a falta de projetos e ações que consigam trabalhar a realidade do campo na sala de aula. Em determinado momento da conversa houve uma fala do diretor, que reconheceu as dificuldades da Escola Estadual do Campo Dom Pedro II em implementar efetivamente uma metodologia que a caracterize de fato como escola do campo:

> ainda temos muito que avançar em relação às políticas pedagógicas específicas que de fato nos diferenciem das escolas da cidade. (Entrevista realizada com professor do colégio dom pedro II, 2015).

É possível notar nas conversas realizadas com os professores do Colégio Estadual do Campo Dom Pedro II, que o próprio significado de escola do campo do ponto de vista deles traz essa relação dicotômica em relação à escola urbana. Isso se dá porque a escola recebe uma nomenclatura e não segue sua essência, ou seja, o trabalho diferenciado com o aluno do campo.

A definição do espaço e juventude rural são importantes para se entender o contexto da educação no município de São Miguel do Iguaçu/PR. Como abordou Caldart (2011), é preciso conhecer o público a quem oferta a educação do campo, sendo este, em sua grande maioria, relacionado ao meio rural.

Considerações Finais

Por mais que algumas escolas recebam, em especial o Colégio Estadual do Campo Dom Pedro II, a denominação "escola rural ou do campo", é de extrema importância que o Estado assuma o compromisso com a implementação efetiva de projetos e ações que trabalhem a identidade do campo. Assim, o ambiente de sala de aula será marcado pela valorização dos aspectos característicos da cultura camponesa. Do contrário, o que se observa é a reprodução na escola do campo, das práticas realizadas nas escolas da cidade.

Em relação à instituição de ensino analisada, não foram identificadas ações que a vinculem aos preceitos das escolas do campo, seja em relação à matriz curricular diferenciada, seja do ponto de vista de projetos que visem a um maior contato com o meio rural, ou de ações de promoção do Desenvolvimento Rural.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (*org.*). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 1-20.

CURY, C. R. J. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 48, p. 205-222, dez. 2008. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982008000200010. Acesso em 15 maio. 2026.

FERNANDES, B. M. *et al.* **Educação do campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: Incra; MDA, 2008. 109 p. (NEAD Especial, 10).

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Paraná » São Miguel do Iguaçu » histórico. *In*: **IBGE Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: http://cod.ibge.gov.br/2LHK. Acesso em: 15 maio 2026.

MARTINS, R. C. (*org.*). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente**: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Matrizes curriculares das escolas**. Curitiba: SEED, 2015. Disponível em: http://www.consultaescolas.pr.gov.br. Acesso em: 15 maio 2026.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACCA, N. (*org.*). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929125458/giarraca.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

SEGURANÇA ALIMENTAR, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LA SEGURIDAD ALIMENTARIA EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIUDAD DEL ESTE

Diana Jazmin Britez Cohene
Silvia Aparecida Zimmermann

Las políticas públicas de Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional (SSAN) son fundamentales para el Derecho Humano a la Alimentación Adecuada (DHAA), por lo que es imprescindible la voluntad política y participación de la sociedad civil en el marco normativo y político del DHAA (De Schutter, 2011).

En Paraguay, la disponibilidad de alimentos está condicionada al acceso, que a su vez depende de una infraestructura, la cual es aún deficitaria en cantidad y calidad (Imas, 2019). Considerando esto último a nivel país, es posible pensar en Ciudad del Este (CDE), que si bien tampoco se encuentra libre de deficiencias, debido a la dinámica comercial "importar para reexportar" del país, la ciudad representa uno de los mayores centros del comercio sudamericano, sólo comparable con Miami, Nueva Delhi y Hong Kong (Traslaviña, 2014).

Considerando el potencial de la ciudad en turismo comercial y su localización en la triple frontera, es posible dimensionar el gran flujo de personas que transitan en ella diariamente y la necesidad de actuación de los agentes políticos y sociales en el proceso de ejecución y seguimiento de las políticas públicas de SSAN en la municipalidad local. Esto parte de una variedad de políticas públicas de SSAN, como acciones de donación de alimentos, transferencias

de recursos financieros, alimentación escolar, bancos de alimentos, entre otras que se vienen ejecutando a nivel país, de las cuales algunas continúan vigentes, mientras que otras no cumplieron su objetivo (Zimmermann; Cohene; Riquelme, 2021a; 2021b).

El capítulo es resultado de una pesquisa realizada en 2021 para el Trabajo de Conclusión de Curso (TCC) del Bacharelado en Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria (DRUSA) en la Universidad Federal de la Integración Latino-Americana, UNILA, en Foz de Iguazú, Brasil (Britez Cohene, 2021). El TCC tuvo por objetivo analizar las acciones y políticas de la municipalidad de Ciudad del Este que pretendan garantizar la SSAN.

La metodología fue de revisión bibliográfica y documental, con base en la elaboración de un guion semiestructurado para su aplicación en entrevistas a distancia a través de *WhatsApp* y *Google Meet*. Las mismas fueron aplicadas entre los meses de julio a septiembre de 2021 a cinco funcionarios públicos de la Municipalidad de CDE, con preferencia a los involucrados en acciones de SSAN.

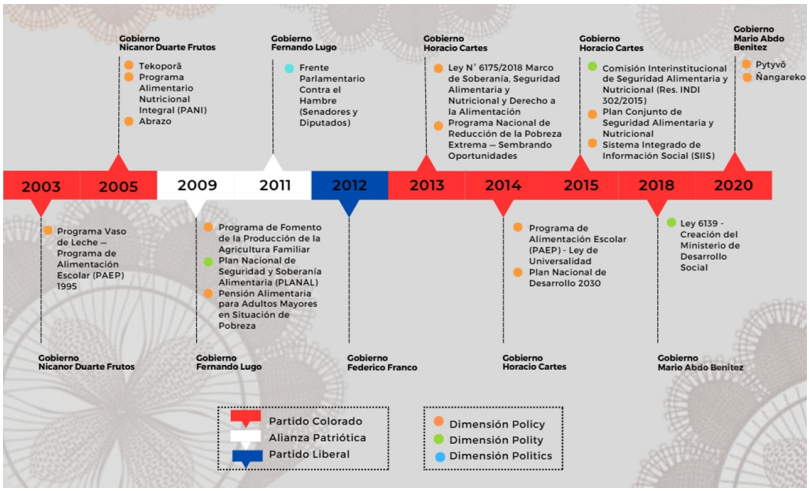
El capítulo está estructurado en tres secciones además de la introducción y conclusión. Inicialmente, se presenta un panorama general sobre las políticas públicas de SSAN a nivel país; en secuencia, se demuestra cómo está estructurada la municipalidad local en el ámbito político-administrativo; por último, se describen las políticas públicas de seguridad alimentaria identificadas en Ciudad del Este, analizadas a partir de las cuatro dimensiones de la Seguridad Alimentaria.

Políticas Públicas de Seguridad Alimentaria en Paraguay

La necesidad de las políticas públicas de combate a la pobreza y garantía de la SSAN en Paraguay comienza en los años 2000. Desde entonces, se vienen ejecutando proyectos y programas en carácter de política pública que en Zimmermann, Cohene y Riquelme (2021a; 2021b) fueron mapeadas y analizadas a partir

de las tres dimensiones de una política pública: *Polity:* dimensión estructural de la política, demuestra cómo el poder está organizado y distribuido, *Politics:* dinámica inherente conflictiva de la política y *Policy:* acciones o decisiones que un gobierno adopta para resolver un problema público (Jaime *et al.*, 2013). Tales acciones pueden ser observadas en la Figura 01.

Figura 1 – Políticas Públicas de Seguridad Alimentaria en Paraguay (2003-2020) en las dimensiones de la política pública



Fuente: Los Autores a partir de Zimmermann, Cohene y Riquelme (2021a; 2021b).

En la figura 01 se observan las principales políticas públicas de SSAN en el país, desde el Gobierno de Nicanor hasta el de Mario Abdo, específicamente el año 2020 cuando comenzó la pandemia de Covid-19, lo que explica la implementación de los programas emergenciales, clasificadas según el análisis de las dimensiones de las políticas públicas. El recorte temporal abarcó varios gobiernos, lo cual impactó en la continuación de distintos programas así como en la culminación de otros. Estos gobiernos estuvieron compuestos por diversos partidos políticos, con predominancia al partido colorado.

Estrutura político-administrativa de la municipalidad de Ciudad del Este y las políticas de SSAN

La Resolución 2339 IM[1] en Ciudad del Este (2020) expone la primera estructura oficial de la municipalidad de CDE, compuesta por la Intendencia y Junta Municipal, seguidamente por Direcciones con sus respectivas jefaturas y divisiones (Britez Cohene, 2021). Con el tiempo se crearon y eliminaron dependencias, hasta el año 2023 no hubo cambios significativos. En el año 2024 el intendente anunció públicamente la reestructuración del organigrama municipal con la intención de reducir gastos y finiquitar deudas del municipio, sin mencionar cuál Resolución respalda estos cambios (MCDE, 2024).

Las políticas de SSAN en CDE son ejecutadas por las direcciones de Gestión Ambiental; Desarrollo Social; la Central de Productores; la Feria Permanente y el Mercado Municipal. Algunas iniciativas son más recientes que otras. Por su parte el Banco de Alimentos, si bien comenzó con entrega de alimentos a comunidades vulnerables a partir de donaciones, actualmente hace parte de la Vaca Mecánica (un nombre dado a una máquina para procesar leche de soja) bajo la supervisión de una nutricionista que brinda consultas a los funcionarios municipales y al público en general. Se destacan también otras iniciativas que fueron mencionadas durante la aplicación de entrevistas de carácter emergencial y temporal: las Ollas Populares, *Tembi'urã* y el Albergue Provisorio, que ampliado y continúa vigente, siendo habilitado cada año entre junio y agosto aproximadamente (Cohene; Zimmermann, 2023).

[1] Intendencia Municipal.

La seguridad alimentaria en las políticas públicas de Ciudad del Este

Para la Organización de las Naciones Unidas para Alimentación y Agricultura, la seguridad alimentaria es cuando

> todas las personas tienen, en todo momento, acceso físico y económico a suficientes alimentos, inocuos y nutritivos para satisfacer sus necesidades alimenticias y sus preferencias en cuanto a los alimentos, a fin de llevar una vida activa y sana (FAO, 2006, p. 1).

Esta sección expone las políticas públicas mapeadas en Britez Cohene (2021) analizadas desde las cuatro dimensiones de la seguridad alimentaria. Estas dimensiones deben realizarse simultáneamente (CE-FAO, 2011): a) disponibilidad física de los alimentos corresponde a la oferta en función del nivel de producción de los alimentos y el comercio neto; b) el acceso, la insuficiencia en el acceso a los alimentos en ingresos y gastos; c) la utilización, el aprovechamiento de nutrientes, ingestión de energía suficiente y d) la estabilidad, el acceso asegurado a los alimentos de forma periódica. Así, a partir de las cuatro dimensiones y las nueve políticas públicas de SSAN mapeadas en CDE, en la Figura 02 se detalla el análisis realizado.

Figura 2 – Las dimensiones de la Seguridad Alimentaria en las Políticas Públicas de Ciudad del Este

POLÍTICA PÚBLICA	DISPONIBILIDAD	ACCESO	UTILIZACIÓN	ESTABILIDAD
Mercado Municipal de Abasto	✓	✓		✓
Feria Permanente Municipal	✓	✓		✓
Vaca Mecánica — Planta Procesadora de Alimentos	✓	✓		✓
Central de Productores y Feriantes Hortigranjeros	✓	✓		✓
Banco de Alimentos	✓	✓	✓	
Ollas Populares	✓	✓		
Proyecto Tembi'urâ	✓	✓		
Proyecto Ferias Comunitarias del Este	✓	✓		
Albergue Provisorio	✓	✓		

Fuente: Los Autores a partir de Cohene y Zimmermann (2023); CE-FAO (2011).

La figura 02 muestra que las políticas de Britez Cohene (2021), actualizadas en Cohene y Zimmermann (2023), abarcan una o más dimensiones propuestas por la FAO para el alcance de los objetivos de la seguridad alimentaria. Se observa que las nueve políticas estudiadas abarcan las dimensiones de disponibilidad y acceso, mientras que solo las más antiguas (cinco) realizan tres dimensiones en simultáneo con énfasis a la estabilidad y solo una aborda la dimensión de uso.

Conclusión

La trayectoria del país en las políticas públicas de SSAN demuestra la preocupación por garantizar la seguridad alimentaria a la población más vulnerable, aunque fuera de forma descontinuada y con pocas inversiones. De la misma forma, en CDE, el municipio encara las principales demandas con acciones que abarcan la seguridad alimentaria desde las iniciativas sólidas y antiguas, hasta los programas más emergenciales y puntuales.

La estructura municipal sufre cambios constantes y recientemente significativos a modo de disminuir los gastos y subsanar deudas. Sin embargo, dos direcciones se destacan en la ejecución de acciones en SSAN, tales como Gestión Ambiental y Desarrollo Social, pero enfrentan limitaciones en términos de inversiones y funcionarios para tratar de las acciones de SSAN.

Por fin, el relevamiento de las políticas de SSAN en CDE bajo el análisis de las cuatro dimensiones de la seguridad alimentaria, demostró que, si bien ninguna realiza en simultáneo todas las dimensiones, las acciones más antiguas de la ciudad abarcan a tres de ellas, con énfasis a la disponibilidad, acceso y estabilidad.

REFERENCIAS

BRITEZ COHENE, D. J. **Seguridad y soberanía alimentaria y nutricional en Ciudad del Este**: acciones y políticas públicas. 2021. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidad Federal de la Integración Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

CE-FAO. **Una introducción a los conceptos básicos de la seguridad alimentaria**. [*S. l.*]: CE; FAO, 2011. Disponível em: https://openknowledge.fao.org. Acesso em: 16 maio 2024.

CIUDAD DEL ESTE. **Resolución n° 2339 IM**: por la cual se establece el organigrama de las reparticiones de la Municipalidad de Ciudad del Este. Ciudad del Este: Municipalidad de Ciudad del Este, 2020.

COHENE, D.; ZIMMERMANN, S. Las políticas de soberanía y seguridad alimentaria y nutricional en Ciudad del Este, Paraguay. *In*: ZIMMERMANN, S.; VALDEMAR, J. (*orgs.*). **Sistemas alimentares na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai**. São Paulo: Paco, 2023. p. 1-20.

DE SCHUTTER, O. **Una revolución de derechos**: la aplicación del derecho a la alimentación a nivel nacional en América Latina y el Caribe. Roma: FAO, 2011. (Nota informativa, 06).

FAO. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Seguridad alimentaria**. [S. l.]: FAO, 2006. (Informe de políticas, 2).

IMAS, V. J. (*coord.*). **Seguridad y soberanía alimentaria en Paraguay**: sistema de indicadores y línea de base. Asunción: CADEP, 2019.

JAIME, F. M. *et al.* **Introducción al análisis de políticas públicas**. Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2013.

MCDE. MUNICIPALIDAD DE CIUDAD DEL ESTE. **Miguel Prieto reducirá Gs. 10.000 millones en gastos corrientes con reestructuración municipal para optimizar los servicios**. Ciudad del Este: MCDE, 2024. Disponível em: https://www.mcde.gov.py. Acesso em: 16 maio 2024.

TRASLAVIÑA, H. Ciudad del Este: cómo opera el principal foco del contrabando en Sudamérica. **La Segunda Online** – Santiago – v. 1, n. 1 – p. 1-5 – 15 nov. 2014. Disponível em: http://www.lasegunda.com. Acesso em: 9 jul. 2024.

ZIMMERMANN, S.; COHENE, D.; RIQUELME, N. "De un lado la soja, de otro a ganadería": la cuestión alimentaria de los pueblos indígenas en Paraguay y sus políticas públicas. *In*: LE COQ, J. *et al.* (*orgs.*). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021b. p. 1-25.

ZIMMERMANN, S.; COHENE, D.; RIQUELME, N. Las políticas públicas de soberanía y seguridad alimentaria en Paraguay: reflexiones a partir de las dimensiones policy-politics-polity. *In*: LE COQ, J. *et al.* (*orgs.*). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021a. p. 1-25.

PESCA E AQUICULTURA FAMILIAR NO OESTE PARANAENSE, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Gabriela Fernandes de Souza
Silvia Aparecida Zimmermann

De acordo com a Lei que regula a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, a aquicultura é definida como a "atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo" (Brasil, 2009). Na prática, os sistemas mais comuns são os tanques-rede e os viveiros escavados, escolhidos com base nos ambientes e nas espécies a serem produzidas. É importante destacar que nem todo pescador é aquicultor e vice-versa, embora as duas atividades sejam frequentemente exercidas pela mesma pessoa, cada uma com suas particularidades técnicas.

A FAO (2016) ressalta o aumento do consumo de peixe na alimentação, promovendo a saúde e a Segurança Alimentar e nutricional, além da renda dos envolvidos na prática da aquicultura e pesca. Diante do potencial hídrico do lago de Itaipu e da demanda local por peixe, a Itaipu Binacional implementou projetos como o Cultivando Água Boa, que contribuíram para a difusão da prática da aquicultura na região oeste do estado do Paraná. Para isso foi necessário articular os atores locais da cadeia produtiva do pescado, inserindo pescadores-aquicultores em políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de oferecer crédito para produção e infraestrutura e programas de profissionalização do pescado.

Este capítulo apresenta um estudo que teve o objetivo de mapear e analisar ações e políticas públicas destinadas ao fortalecimento e desenvolvimento dos pescadores-aquicultores em Foz do Iguaçu, uma região com grande potencial hídrico para a produção em tanques-rede no lago de Itaipu (Souza, 2019). A metodologia envolveu revisão bibliográfica e documental, além da elaboração de um roteiro semiestruturado de entrevista aplicado em maio de 2019, com seis atores políticos que atuam com o tema no município, entre eles pescadores-aquicultores, gestor público e representante de cooperativa de pescadores.

O capítulo está estruturado em três seções, para além desta introdução, nas quais descrevemos a realidade local dos pescadores de Foz do Iguaçu, os sujeitos pescadores-aquicultores, os desafios enfrentados pelos pescadores-aquicultores e as políticas públicas para o desenvolvimento local, concluindo com as considerações finais e as referências bibliográficas.

Pescadores-Aquicultores no município de Foz do Iguaçu

O município de Foz do Iguaçu possui uma população de 263.647 habitantes, distribuída em 191,46 km² de área urbana e 138,17 km² de área rural. A construção do lago de Itaipu transformou significativamente a configuração territorial socioeconômica da região, e atualmente, há mais de 850 pescadores residentes entre Foz do Iguaçu e Guaíra, aos quais se somam 130 famílias, com mais de 600 indígenas, além de assentados da reforma agrária, ribeirinhos e pescadores amadores (Unesp, 2016). A inundação de 1.350 km² de área e a desapropriação de 44 mil famílias exigiram que esses grupos se adaptassem às novas condições, com a pesca artesanal emergindo como uma alternativa de sobrevivência (Ribeiro, 2006).

Historicamente, muitos agricultores familiares migraram para a pesca após a criação do lago, revelando uma transformação forçada e não uma tradição. Dessa forma, pode-se dizer que a pesca na região, atividade milenar, foi fortemente influenciada pelo capital e pela busca de renda, sendo que a resistência dos pescadores e agricultores familiares frente ao desenvolvimento capitalista reflete a luta por manter suas tradições e território.

Com a criação do reservatório de Itaipu, houve significativas mudanças ambientais, diminuindo a biodiversidade e afetando a pesca. Em 2003, Itaipu Binacional lançou o projeto "Mais Peixes em Nossas Águas" para melhorar a renda e qualidade de vida das comunidades pesqueiras. No entanto, pescadores de Foz do Iguaçu enfrentaram desafios iniciais devido à falta de estrutura tecnológica e metodologias claras para produção e comercialização. Os pescadores entrevistados relataram que o projeto foi imposto sem consulta prévia, resultando em dificuldades ao longo da cadeia produtiva, incluindo a falta de licenciamento ambiental e de segurança, com frequentes furtos de peixes. Sanfelice (2012) aponta que a intervenção de Itaipu desresponsabiliza o Estado em relação às políticas públicas para pescadores.

Em 2014, a empresa Alquimia Pescados, uma unidade de processamento de pescados, foi certificada pelo serviço de inspeção municipal, permitindo a comercialização regulamentada dos pescados produzidos em tanques-rede, tornando-se um modelo para futuros entrepostos de pescado no município.

O sujeito político Pescadores-Aquicultores e as Políticas Públicas

A pesquisa mostrou que os entrevistados se dividem entre aquicultores familiares e pescadores artesanais, considerando a Lei da Agricultura familiar, sendo que a pesca artesanal não é mais sua principal fonte de renda devido às condições ambientais do Lago de Itaipu. Desde 2009, todos os pescadores-aquicultores entrevis-

tados começaram a produzir em tanques-rede, enfrentando dificuldades técnicas e organizacionais. Eles desenvolveram métodos próprios e, nesta situação, se identificam mais como aquicultores.

Em Foz do Iguaçu duas organizações ganharam relevância na produção e processamento do pescado, a Colônia de Pescadores Z-12, fundada no final dos anos de 1960, e a Associação de Pescadores e Piscicultores do Lago de Itaipu de Foz do Iguaçu, fundada em 2013. Nota-se certa dificuldade na compreensão das reais necessidades dessas organizações e seus associados. No município, isto se reflete em limitações administrativas no apoio a projetos voltados à inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos pescadores-aquicultores, resultando em um discurso que coloca a responsabilidade da falta de peixe no reservatório no aumento da comunidade pesqueira extrativista (Sanfelice, 2012).

Nesse cenário, os mercados institucionais gerados pelo PAA e PNAE foram fundamentais para a renda dos pescadores-aquicultores, promovendo Segurança Alimentar e nutricional e inclusão social. Segundo Maciel (2008), esses mercados oferecem acesso a alimentos para comunidades vulneráveis e rompem com a estrutura clássica de comercialização, promovem cadeias curtas de comercialização e valorizam produtos regionais e locais da aquicultura familiar.

Os desafios para os Pescadores-Aquicultores e o Desenvolvimento Local

O principal entrave para o acesso aos programas públicos na cadeia produtiva do pescado em Foz do Iguaçu, conforme os entrevistados, é a regularização da área de produção e o licenciamento ambiental, que se mostram essenciais para garantir o acesso a políticas de crédito e a estabilidade dos investimentos dos pescadores-aquicultores (MPA-SEBRAE, 2015). A falta de regulamen-

tação também afeta o acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a segurança no ponto de pesca, além de dificultar o estabelecimento de parcerias com o mercado privado.

As instituições como Itaipu Binacional e o poder público são apontados como fundamentais para promover a regulamentação das áreas e emitir licenciamentos ambientais. Entretanto, a falta de ação efetiva por parte dessas instituições gera insegurança e limita o desenvolvimento produtivo da cadeia do pescado.

A organização em cooperativas surgem como uma saída para o escoamento da produção e a conquista de novos mercados, embora ainda haja desafios de padronização e acesso aos mercados privados. Em meio a esse contexto, fica evidente a necessidade de políticas públicas que promovam o acesso igualitário aos recursos e orientações necessárias para fortalecer a aquicultura-pesca familiar e garantir o desenvolvimento sustentável na região.

Destaca-se que a produção do pescado tem um papel fundamental no desenvolvimento local no âmbito econômico, oportunizando demanda por mão de obra, além de estar intrinsecamente ligada à Segurança Alimentar em suprir as necessidades nutritivas das populações e o combate à fome (Lopes *et al.*, 2010 *apud* Oliveira *et al.*, 2016). Neste sentido, a promoção do desenvolvimento local no Município de Foz do Iguaçu exige dar voz às identidades locais e suas organizações, entre elas dos pescadores-aquicultores, o que pode se tornar o início de um processo de empoderamento e de conexão do município com o seu entorno banhado pelas águas, rios e lagos.

Considerações Finais

O estudo destaca o papel das políticas públicas, especialmente as iniciativas da Itaipu Binacional no fomento à pesca e aquicultura familiar no Oeste Paranaense, com foco em Foz do Iguaçu. No entanto, os pescadores artesanais enfrentam desafios complexos, incluindo a necessidade de diversificar suas atividades devido

às dificuldades de manutenção da renda apenas com a pesca. Isso levanta a questão sobre a necessidade de adaptação das políticas públicas às realidades locais, considerando as particularidades dos pescadores artesanais em transição para a aquicultura. A extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura e sua incorporação ao Ministério da Agricultura, em 2015, agravou ainda mais a situação, resultando na impossibilidade de renovação do Registro Geral da Atividade Pesqueira e na legalização dos produtores de peixe.

Enquanto a literatura muitas vezes associa a aquicultura à destruição de identidades locais, os pescadores-aquicultores a veem como uma busca por uma vida digna e uma alternativa produtiva que mantém seu vínculo com a água. Assim, as políticas públicas precisam ser mais equitativas, incentivando o desenvolvimento local por meio da Segurança Alimentar e do acesso aos mercados institucionais. Portanto, embora a cadeia produtiva do peixe tenha potencial de crescimento na região, ela enfrenta obstáculos significativos que exigem maior capacitação, apoio institucional e integração nos mercados institucionais e privados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. MDS. **PAA**: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS, 2014. 280 p. Disponível em: http://www.mda.gov.br. Acesso em: 22 mai. 2019.

FAO. **The state of world fisheries and aquaculture 2016**. Roma: FAO, 2016. Disponível em: https://openknowledge.fao.org. Acesso em: 04 ago. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. **Monitoramento da pesca artesanal**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 2019. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br. Acesso em: 28 jun. 2019.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos**: potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MPA. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA; SEBRAE. **Guía de orientação para a regularização da aquicultura em águas da união**. Brasília, DF: MPA; Sebrae, 2015.

OLIVEIRA, N. I. S.; CARDOSO, J. P.; FERREIRA, J. F. C. Políticas públicas para o desenvolvimento local atrelado às atividades de piscicultura no município de Porto Grande, estado do Amapá. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades** – Tupã – v. 04, n. 28 – p. 130-141 – 2016.

PLATAFORMA BOAS PRÁTICAS FAO. **Produção de peixes em nossas águas (ppna) (01 c)**. Rio de Janeiro: FAO, 2019. Disponível em: http://www.boaspraticas.org.br. Acesso em: 20 abr. 2019.

RIBEIRO, M. F. B. **Itaipu, a dança das águas**: histórias e memórias de 1966 a 1984. 2006. 350 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANFELICE, C. F. **As políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro no Brasil**: a atuação da Itaipu frente a diminuição da pesca e as formas de resistência dos pescadores profissionais de Guaíra/PR. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

SOUZA, G. F. **Aquicultura familiar no oeste paranaense**: uma análise da construção das políticas públicas para o setor. 2019. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

UNESP AN. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **Unesp coordena projeto aprovado com a Itaipu binacional**. São Paulo: Unesp, 9 ago. 2016. Disponível em: https://www2.unesp.br. Acesso em: 18 nov. 2020.

APÊNDICE: DEZ ANOS DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCCS)

Tabela 1 – Lista de TCCs defendidos em DRUSA entre 2014 e 2023

Nº	ANO	TÍTULO DO TCC	ESTUDANTE	ORIENTADOR
118	2023	O ÊXODO RURAL NO HAITI: CARACTERÍSTICAS E MOTIVOS DA MIGRAÇÃO PARA A CAPITAL PORTO-PRÍNCIPE	FEGUENS PIERRE	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
117	2023	ESTRATEGIAS DE DESARROLLO RURAL EM LAS COMUNIDADES CAMPESINAS DE HUILLQUE Y OSCCOLLOPATA (CUSCO, PERÚ): EL CASO DEL PROYECTO DE BIONEGOCIO CON EL HONGO MORILLA	RYAN POUL PINTO CABRERA	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
116	2023	LA IMPORTANCIA DEL MERCADO MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU PARA EL DESARROLLO DE LA REGIÓN Y LA VALORIZACIÓN DE LAS TRADICIONES ALIMENTARIAS	DANIEL HERNANDO RENDON CLAVIJO	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
115	2023	TRADICIÓN, CULTURA, LUCHA Y FUERZA ANCESTRAL DEL FESTIVAL DE LA CHICHA (BOGOTÁ, COLOMBIA)	SHIRLEY HASBLEIDY DIAZ JIMENEZ	ANA ALICE AGUIAR ELEUTERIO
114	2023	PERCEPCIÓN DE LOS CONSUMIDORES DE LA FERIA LIBRE DE AGRICULTURA FAMILIAR DEL MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA, PARANÁ, BRASIL	SARA MICHEL DANIELA DIAZ JIMENEZ	JULIO DA SILVEIRA MOREIRA
113	2023	PERMANENCIA, SALIDA Y REGRESO HACIA EL ESPACIO RURAL: DIFERENTES TRAYECTORIAS EN LA VEREDA LA UNIÓN, MUNICIPIO DE SUBACHOQUE, COLOMBIA	JOSE FRANCISCO POVEDA RIVERA	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
112	2023	PRODUÇÃO FAMILIAR DE LEITE E A EXPANSÃO DO CULTIVO DA SOJA EM RONDÔNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO DO OESTE	PAULO HENRIQUE BRITTO EBELING	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
111	2023	HONGOS ASOCIADOS AL SIGNO DE MONILIOPHTHORA RORERI EN CULTIVO DE CACAO (THEOBROMA CACAO L.): MUNICIPIO DE HUIMANGUILLO-INIFAP, TABASCO - MÉXICO	ROXANA BORDA MAMANI	ANA ALICE AGUIAR ELEUTERIO
110	2023	ANÁLISE DOS MERCADOS AGROALIMENTARES DOS AGRICULTORES DE SAINT-RAPHAEL (HAITI)	JOHN OSTHE	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
109	2023	GASTRONOMIA E AGRICULTURA FAMILIAR: O MUTUALISMO ENTRE CHEFS E PRODUTORES LOCAIS	WILLIAN BRANDÃO GERVÁSIO DE CARVALHO SOARES	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
108	2023	IDENTIFICACIÓN DE LAS DIFICULTADES Y BENEFICIOS DE LA BASE DE LA COOPERATIVA APPROCAP A LOS AGRICULTORES DE CACAO DEL CASERÍO DE HUABAL - PIURA - PERU	AMARILIS SÁNCHEZ LALANGUE	DIRCEU BASSO
107	2022	A DIMENSÃO CULTURAL NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: O CASO DO MUNICÍPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS (SP)	RODRIGO DA SILVA BARBIERI	REGIS DA CUNHA BELEM
106	2022	PRÁTICAS DE INOVAÇÃO COM AGRICULTORES FAMILIARES DE MISSAL, PARANÁ	CLEVERSON TIAGO JOSE DOS SANTOS	DIRCEU BASSO
105	2022	OS EFEITOS E REPERCUSSÕES DA COVID-19 SOBRE A RENDA E A SEGURANÇA ALIMENTAR DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM FOZ DO IGUAÇU – PR	GIULIANO TOURINO LOPES	DIRCEU BASSO
104	2022	MULHERES RURAIS COMO PROTAGONISTAS DO TRABALHO EM REDE NO MST: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO SANTA MARIA EM PARANACITY – PR	INGRID ALMEIDA LIMA STORNIOLO BEREZOSKI	REGIS DA CUNHA BELEM
103	2022	EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA (PR): A PERSPECTIVA DE EXTENSIONISTAS E DE AGRICULTORES FAMILIARES	LETICIA MAYER ALVES	REGIS DA CUNHA BELEM

102	2022	LAÇOS DE SOCIABILIDADE E ESTUDOS DE COMUNIDADE RURAL: UM OLHAR A PARTIR DA BIBLIOGRAFIA	PIETRA REGINA DE OLIVEIRA VACARIN	REGIS DA CUNHA BELEM
101	2022	AGRICULTURA FAMILIAR EM FOZ DO IGUAÇU/PR: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA PRODUÇÃO DE BIOMASSA	RAFAEL DALLA COSTA BASSO	DIRCEU BASSO
100	2022	O ARTESANATO E SUAS POTENCIALIDADES PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA CIDADE DE SAN JOSÉ DE LOS CAMPOSLIMPIOS DE TAPUÁ, PARAGUAI	ANDREA GUADALUPESOTTO CALONGA	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
99	2022	ANÁLISIS DE VARIABLES DE INNOVACIÓN EN LA LITERATURA DEAGRICULTURA FAMILIAR	JESSICA AGUERO MISAJEL	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
98	2022	ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN EL PARAGUAY: ANÁLISIS DE LA ESCUELA BÁSICA N° 670 “GENERAL BERNARDINO CABALLERO” - CIUDAD DEL ESTE	JORGE DANIEL SALINAS VERA	REGIS DA CUNHA BELEM
97	2022	TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NA TRÍPLICE FRONTEIRA:IMPACTO NO PIB	JOSÉ ALVES FERREIRA JÚNIOR	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
96	2022	HÁBITOS ALIMENTARIOS DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES, ANTES YDURANTE LA PANDEMIA COVID-19 EN LA COMUNIDAD DE YBYRATYESCOBAR, PARAGUAY	LETICIA DIANA MOLINAS BOGADO	REGIS DA CUNHA BELEM
95	2022	AGRICULTORES FAMILIARES, GANADERÍA Y SOSTENIBILIDAD EN SAN JUAN DE ARAMA (META, COLOMBIA)	LYNDA MAYERLE OSPINA RENGIFO	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
94	2022	TECNOLOGIAS SOCIAIS E O SISTEMINHA EMBRAPA: ALTERNATIVAS PARAOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO ATUAIS	MIGUEL STORNIOLO BEREZOSKI FILHO	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
93	2021	MULHERES BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR	ILÊNCIA LUIZA GEDOZ DAS NEVES	ERIKA MARAFON RODRIGUES CIACCHI
92	2021	ENTRE LA CRUZ Y EL SENTIMIENTO POR LA COCA: ABORDAJE HISTÓRICO DE LA PRODUCCIÓN Y CONSUMO DE LA HOJA DE COCA Y SUS EFECTOS EN COLOMBIA	JOHAN SEBASTIAN ROMERO VIOLETH	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
91	2021	A TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA COOPAVEL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	CAROLINE BOSIO GRAPEGGIA	DIRCEU BASSO
90	2021	OS ALIMENTOS OFERTADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, NO PERÍODO DE 2016-2022: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	JOSE ARTHUR RODRIGUES GOMES CUNHA	DIRCEU BASSO
89	2021	OS MERCADOS AGROALIMENTARES NO CENTRO DE PORTO PRÍNCIPE (HAITI): TRANSFORMAÇÕES, CARACTERÍSTICAS, IMPORTÂNCIA E DESAFIOS	JOSET E ACHELUS	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
88	2021	MERCADO TRADICIONAL DE ABASTO DEL CENTRO POBLADO DE SINCHIMACHE (CUTERVO - PERÚ): CARACTERÍSTICAS, IMPORTANCIA Y DESAFÍOS	EDILBERTO ROJAS ROSALES	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
87	2021	AÇÚCAR AMARGO: AUGE E DECLÍNIO DOS BANGUÊS NORDESTINOS EM MENINO DE ENGENHO E USINA DE JOSÉ LINS DO REGO	GLÁUCIA RÚBIA DA CONCEIÇÃO CAVALCANTE	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
86	2021	O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) MUNICIPAL DE FOZ DE IGUAÇU E A INTERFACE COM OS AGRICULTORES FAMILIARES: CONECTANDO ALIMENTOS COM A EDUCAÇÃO.	ISAAC SILVEIRA NAVARRO	DIRCEU BASSO
85	2021	LOS INVISIBLES RURALES: UNA LECTURA SOBRE LA SITUACIÓN DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN EL CONTEXTO RURAL COLOMBIANO Y DE LA POLÍTICA PÚBLICA REFERENTE	YEISON ANDRES ROJAS RAMIREZ	REGIS DA CUNHA BELEM
84	2021	SEGURIDAD Y SOBERANÍA ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN CIUDAD DEL ESTE - ACCIONES Y POLÍTICAS PÚBLICAS	DIANA JAZMIN BRITEZ COHENE	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
83	2021	O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL - ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO "PROJETO CAPRICHANDO A MORADA" EM MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL	JANDIR RODRIGUES	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
82	2021	CLAP COMO POLITICA PÚBLICA DE ABASTECIMIENTO ALIMENTARIO EN LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA: ESTUDIO COMPARATIVO BRASIL Y VENEZUELA	SILVIA BELEN SOTOPEÑA FLORE	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
81	2020	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JÓVENES RURALES EN COLOMBIA, DEL AÑO 2000 AL AÑO 2021: UNA NECESIDAD PARA EL DESARROLLO RURAL	ADRIANA HERRERA RODRIGUEZ	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
80	2020	FUENTES DE INGRESO DE LAS FAMILIAS RURALES EN EL CASERÍO DE LAS HUACAS (2018 - 2020), DISTRITO SAN MIGUEL DE EL FAIQUE, PIURA - PERÚ	GLORIA YOLANDA VALDIVIEZO ARRIETA	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR

79	2020	PAISAGEM E DESENHO DO DESENVOLVIMENTO (RURAL) EM ABYA YALA: UMA ABORDAGEM DECOLONIAL,	LUCAS GABRIEL PEREIRA MONTE	JOAO ROBERTO BARROS II
78	2020	ANÁLISIS DE LAS PERCEPCIONES DE LOS JÓVENES URBANOS SOBRE EL MUNDO RURAL PARAGUAYO	DIANA EMILCE SALINAS VERA	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
77	2020	INDICADORES DE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - ESTUDO DE CASO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA	EVELYN NATIVIDADE LUIZ	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
76	2020	AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM FOZ DO IGUAÇU - ANÁLISE DAS CAPACIDADES ESTATAIS	RUAN LEONARDO DE AZEVEDO SALES	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
75	2020	O PAPEL DAS MULHERES PLURIATIVAS EM FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE FOZ DO IGUAÇU	ELISANE RAMIREZ PIRES	JULIO DA SILVEIRA MOREIRA
74	2020	COOPERATIVISMO COMO FACTOR DE DESARROLLO AGROINDUSTRIAL EN PARAGUAY: UN ANÁLISIS DE LAS PRINCIPALES COOPERATIVAS DE PY DURANTE LA PANDEMIA S POR INMIGRANTES MENONITAS	PEDRO RAUL MARTINEZ NUNEZ	DIRCEU BASSO
73	2020	YBYRATY-ESCOBAR, ᵛ MANQ'ANACAPA. ALIMENTOS ANCESTRALES EN LA COMUNIDAD COPACABANA GRANDE, PROVINCIA GUALBERTO VILLARROEL, LA PAZ (BOLIVIA): UN (RE)CONOCIMIENTO A LA SABIDURÍA TRADICIONAL AYMARA.	MARIANA MAMANI FLORES	REGIS DA CUNHA BELEM
72	2020	ANÁLISIS DEL SISTEMA AGROALIMENTAR DE LA ISLA SAN CRISTÓBAL, GALÁPAGOS, ECUADOR	VALERIA DEL ROCIO QUIJOZACA QUIJOSACA	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
71	2020	FUENTES DE INGRESO EN LA COMUNIDAD RURAL DE PIQUIÑANI - DISTRITO CHIJMUNI - PROVINCIA AROMA - LA PAZ - BOLIVIA	ZULEMA URUNA MAMANI	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
70	2020	CARACTERÍSTICAS, IMPORTÂNCIA E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO HAITI: UMA ANÁLISE DE FOND'OIES - LÉOGÂNE	ISAAC DOR	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
69	2020	PERCEPÇÕES SOBRE O CONSUMO DO AÇAÍ NA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA	ANJELICA JACKELINE DA SILVA	REGIS DA CUNHA BELEM
68	2020	O USO DE AGROTÓXICO E A INSEGURANÇA ALIMENTAR	ROMILDO APARECIDO DA ROCHA	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
67	2019	ANÁLISIS ECONÓMICO DEL CULTIVO DE CAFÉ EN LOS CASERÍOS DE ALTO YACUSISA Y ALTO BELÉN, DISTRITO DE JOSÉ CRESPO Y CASTILLO - PERÚ	AMANDA TICLLACURI MALLQUI	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
66	2019	LA PRODUCCIÓN DE TOMATE POR LOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAPITÁN CUÉ: POSIBILIDADES Y LÍMITES PARA EL DESARROLLO RURAL Y SEGURIDAD ALIMENTARIA	CLAUDIO MARTINEZ RIQUELME	DIRCEU BASSO
65	2019	ANÁLISIS DE LOS CAMBIOS EN LA ESTRUCTURA AGRARIA EN CHILE.	RONNY ESTEBAN ORTIZ CURTEN	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
64	2019	PERCEPCIÓN DE PROFESIONALES SOBRE LA RELACIÓN PAISAJISMO-HUERTA URBANA PARA IMPLEMENTACIÓN EN CASA DE FAMILIA DE ASUNCIÓN, PARAGUAY	ANA LAURA DELVALLE FERNANDEZ	ANA ALICE AGUIAR ELEUTERIO
63	2019	AQUICULTURA FAMILIAR NO OESTE PARANAENSE: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR	GABRIELA FERNANDES DE SOUZA	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
62	2019	ACTUACIONES DEL GRUPO TEMATICO DE FACILITACION DE COMERCIO DE LA REAF MERCOSUR PARA EL FORTALECIMIENTO DE AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA EN PARAGUAY	MARTIN JEREMIAS FRANCO CASTIÑEIRA	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
61	2019	LA CADENA PRODUCTIVA DE LA SEDA EN PARAGUAY	MARIA VICTORIA GARAYO MERELES	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
60	2018	SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO ENTORNO DE PARQUES NACIONAIS. O CASO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	LEONARDO DA SILVA LOPEZ	ANA ALICE AGUIAR ELEUTERIO
59	2018	(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR NO HAITI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE LIANCOURT, ARTIBONITE, HAITI	IDEGE AIMABLE	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
58	2018	A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL POR MEIO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	YONÁ GABRIELA DE CASTILHO	ERIKA MARAFON RODRIGUES CIACCHI
57	2018	O PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR ATUANDO COMO FACILITADOR EM UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL.	HENRY MONTEIRO PIOVESANA	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO

56	2018	COOPERATIVISMO Y AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA PARA O DESARROLLO RURAL: ESTUDIO DE CASO SOBRE LA COOPERATIVA TOBATI	ROCIO CELESTE OVELAR CUENCA	DIRCEU BASSO
55	2018	GESTÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E OS DIREITOS DA MULHER NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU PARANÁ	SILMAR FRANCISCO DOS SANTOS	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
54	2018	DEL CAMPO A LA CIUDAD: LA MIGRACIÓN Y LA BÚSQUEDA DE NUEVAS OPORTUNIDADES	HECTOR SAMUEL ALVAREZ DOMINGUEZ	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
53	2018	ANÁLISE DOS IMPACTOS DO MODELO REVOLUÇÃO VERDE: CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, PARANÁ	ANDERSON MAYKON NODARÍ	ANA ALICE AGUIAR ELEUTERIO
52	2018	O FEMINISMO E OS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS DE MULHERES RURAIS: O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS (MMC) E SUAS PRÁTICAS FEMINISTAS	DÉBORA FRAGATA DOS SANTOS	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
51	2017	POTENCIALIDADES Y DESAFÍOS DEL CURSO DE FORMACIÓN PARA JÓVENES RURALES DE LA REAF-MERCOSUR: REFLEXIONES DESDE LA PERSPECTIVA DE LA CONSTRUCCIÓN DE CONOCIMIENTO	GUSTAVO ARIEL VIGO AMARILLA	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
50	2017	PRATICAS DE INOVAÇÃO AGROECOLOGICAS: ANALISE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARANA/BRASIL	RAIMUNDO CHRISTIAN OLIVEIRA SOARES	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
49	2017	PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DO EIXO ESTRUTURANTE CAPITAL SOCIAL E COOPERAÇÃO DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO	FABRÍCIO LIMA DA SILVA	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
48	2017	LA CUESTIÓN DEL ABASTECIMIENTO ALIMENTARIO ACTUAL Y LA SEGURIDAD ALIMENTARIA EN EL MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ, BRASIL	JOSELINE REYES CHOQUE	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
47	2017	PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DO PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU-PR, UMA ANÁLISE A PARTIR DO EIXO ESTRUTURANTE PESQUISA E INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO	LUCAS ALMIR SONDA FORMENTIN	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
46	2017	COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO Y SUS DESAFIOS PARA EL DESARROLLO RURAL EN LIMA - SÃO PEDRO -PY	GABRIEL AVALOS VERA	DIRCEU BASSO
45	2017	AGRICULTURA SUSTENTÁVEL AS MARGENS DO LAGO DE ITAIPU: UMA NOVA OPÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA ROÇA.	JUAREZ WAGNER	MARIO RAMAO VILLALVA FILHO
44	2017	CULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR DOS POVOS DE TERREIRO: UM ESTUDO COM A COMUNIDADE ILÊ ASÉ OJÚ OGUN FUNMILAIYÓ	MELRILANE FARIAS SARGES	ANAXSUELL FERNANDO DA SILVA
43	2017	A FEIRA LIVRE NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU-PR: GENEALOGIA E REGULAMENTAÇÃO	LEANDRO BORGES RAGGI	ANA ALICE AGUIAR ELEUTERIO
42	2017	DESENVOLVIMIENTO RURAL: ESTRATEGIAS PRODUCTIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS DE PEROLA DO OESTE, PR, BRASIL.	JORDAN ENMANUEL DE JESUS GARCIA HERNANDEZ	DIRCEU BASSO
41	2017	(IN)SEGURIDAD ALIMENTARIA: DIAGNOSTICO DE LA SITUACION DE INSEGURIDAD ALIMENTARIA EN EL TERRITORIO SOCIAL, 1 DE NOVIEMBRE, CZU-PY	SONIA EVANGELINA VILLALBA AMARILLA	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
40	2017	TRAYECTORIA HISTÓRICA Y CONTEXTO ACTUAL DE LA YERBA MATE EN PARAGUAY: DESTINO DE LA PRODUCCIÓN CAMPESINA EN EL DISTRITO DE DR. JUAN MANUEL FRUTOS, CAAGUAZÚ	HUGO JAVIER AGUINAGA	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
39	2016	CAMBIOS AGRARIOS EN EL ALTIPLANO SUR DE BOLIVIA: ESPECIALIZACIÓN PRODUCTIVA EN JIRIRA	WIÑAY NINA BUKSMAN	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
38	2016	ANÁLISIS DE COMPETITIVIDAD DE LA CADENA PRODUCTIVA DEL PISCO, EN LA REGIÓN DE ICA-PERÚ (2002-2012)	MIGUEL ANGEL CHINCHON PÉREZ	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
37	2016	CONFIGURACIONES DE UN MODELO DE DESARROLLO DESIGUAL EN EL CULTIVO DE SOJA: ESTUDIO DE CASO EN EL DEPARTAMENTO DE CAAGUAZÚ-PARAGUAY	TANIA LETICIA MARTINEZ ROJAS	VALKIRIA FABIANA DA SILVA
36	2016	EL COOPERATIVISMO EN EL AMBITO DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES DE QUIINDY	DIOSNEL GAONA CABALLERO	DIRCEU BASSO
35	2016	ANALISIS DE LAS POLITICAS PUBLICAS DE SEGURIDAD Y SOBERANIA ALIMENTARIA EN EL ESTADO BOLIVIANO: PERIODO 2006 - 2014	BRIGIDA CHOQUEHUANCA LAURA	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
34	2016	INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL NA AVICULTURA: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO VITÓRIA NO MUNICÍPIO DE LINDOESTE - PR	VIVIANE DE OLIVEIRA	SILVIA LIMA DE AQUINO

33	2016	ESCTRUCUTRA AGRÁRIA DEL DEPARTAMENTO DE CONCEPCIÓN-PARAGUAY	CLAUDIA ELENA OJEDA AYALA	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
32	2016	ANÁLISIS CONCEPTUAL Y METODOGICO DE LA DICOTOMIA URBANO-RURAL A PARTIR DE LA PERSPECTIVA DEL PLANEAMIENTO Y DEL PLAN DIRECTOR DE FOZ DO IGUAÇU, PR	ADELIO RAMÓN VILLALBA	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
31	2016	CONSEJO MUNICIPAL DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR DE FOZ DO IGUAÇU, PARANÁ, BRASIL: MECANISMOS DEL CONTROL SOCIAL Y LA GARANTÍA DE LA SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL	PABLO CESAR ROLON MALDONADO	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
30	2016	CAMPESINADO Y LA AGRICULTURA FAMILIAR EN PARAGUAY: ANÁLISIS DE LA REAF COMO MEDIADORA DE LOS CONCEPTOS RURALES	ROSA CAROLINA ALVARENGA BENITEZ	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
29	2016	AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA Y CADENAS CORTAS AGROALIMENTARIAS: LA FERIA MUNICIPAL DE YUTY - CAAZAPÁ (PARAGUAY)	FRANCISCA DANAIDES CARRERAS RIOS	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
28	2016	FERIA JAKARU PORÃ HAGUÃ- PARAGUAY: LOS DESAFIOS DE LA AGRICULTURA FAMILIAR	NOELIA CAROLINA BOGADO MARTÍNEZ	DIRCEU BASSO
27	2016	IMPACTO SOCIO-AMBIENTAL DEL MODELO AGROEMPRESARIAL DE LA SOJA EN ITAKYRY, ALTO PARANÁ, PARAGUAY	VERONICA NATHALIA MARTINEZ	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
26	2015	A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS PERIÓDICOS LATINO-AMERICANOS DA BASE DE DADOS SCIELO	ROGERIO GOMES	ERIKA MARAFON RODRIGUES CIACCHI
25	2015	PERCEPÇÕES E ANSEIOS DOS ATORES ENVOLVIDOS NO SEGMENTO DO TURISMO RURAL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR	SAMANTHA TRENTIN SODRÉ	ANA ALICE AGUIAR ELEUTERIO
24	2015	ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN EL PARAGUAY: UN ANÁLISIS SOBRE LA ESCUELA N°1632 "AUGUSTO ROA BASTOS". CIUDAD DEL ESTE - ALTO PARANÁ	CYNTHIA BEATRIZ ACOSTA GIMÉNEZ	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
23	2015	PROBLEMATIZAÇÃO DA PUBLICIDADE DE ALIMENTOS COM ADOLESCENTES: UTILIZAÇÃO DE VÍDEO COMO APORTE EDUCATIVO	DIRCE REGINA SIMÃO COLUÇO	ERIKA MARAFON RODRIGUES CIACCHI
22	2015	A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR PELO PONTO DE VISTA DOS PRODUTORES E CONSUMIDORES DA "CASA DO PRODUTOR", MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, PARANÁ	SAMUEL BARRETO SIQUEIRA	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
21	2015	CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FOZ DO IGUAÇU: LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	VINICIUS POSSATTO STORMOSKI	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
20	2015	EL CULTIVO DE LA SOJA EN LA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA: UN ESTUDIO EN EL DISTRITO DE YHÚ (CAAGUAZÚ - PARAGUAY)	NESTOR FERNANDEZ VILLALBA	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
19	2015	AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO ESPAÇO RURAL: UM OLHAR SOBRE FOZ DE IGUAÇU (PARANÁ)	ANE CRISTINE LOPES	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
18	2015	ANÁLISIS DEL SISTEMA DE INTEGRACIÓN EN LA CADENA PRODUCTIVA DEL CERDO EN ITAIPULÂNDIA (PARANÁ)	MANUEL HYLEER ALANIA CAMPOS	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
17	2015	EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO RURAL? OS CONCEITOS E AS PRÁTICAS A PARTIR DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR	DESIDERI MARX TRAVESSINI	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
16	2015	"SABORES DE FOZ: DO PRODUTOR A SUA MESA" - UM ESTUDO SOBRE A ALIMENTAÇÃO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES EM FOZ DO IGUAÇU	JOÃO ERNESTO PELISSARI CANDIDO	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
15	2015	FEIRA POPULAR DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA VILA C EM FOZ DO IGUAÇU, PR: DO PROJETO À PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	JOÃO PEDRO WICINOVSKI	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
14	2015	ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU: PERSPECTIVA DOS BENEFICIÁRIOS CONSUMIDORES	LUCIANE TAVARES DE VARGAS	DIRCEU BASSO
13	2015	ESTUDO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL EM PROPRIEDADES RURAIS DA VILA RURAL APARECIDINHA FOZ DO IGUAÇU - BRASIL: BREVE ANALISES DO ART. 29 DA LEI Nº 12.651	JACIR MOCINSKI	JOSE LUIS SOTO GONZALES
12	2015	ANÁLISE DE IMPACTO DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA DE QUALIDADE DESDE UMA PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA: CASO AGRICULTORES FAMILIARES DA REDE ECOVIDA DE FOZ DO IGUAÇU, PARANA.	MARA IRENE ENGELMANN	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO
11	2015	MERCADOS AGROALIMENTARES E AGRICULTURA FAMILIAR EM FOZ DO IGUAÇU: UM ESTUDO DA AGROINDÚSTRIA DELICIAS DO CAMPO	RAFAEL LUCAS ALVES FERREIRA	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR

10	2015	O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU: ESTUDO DA ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOÃO PAULO I	KAROLINE RIBEIRO	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
9	2015	LA PROBLEMATICA AGRARIA EN LA PROVINCIA DE COTOPAXI UN ANALISIS A TRAVÉS DE LA CONSTITUCIÓN DEL ECUADOR	ADRIANA MARINA BALDEON MUSETTI	JOSE LUIS SOTO GONZALES
8	2014	APEPÚ UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA NO OESTE DO PARANÁ	LETICIA MARROQUIM CARVALHO	DANIELLE MICHELLE MOURA DE ARAUJO
7	2014	AGRICULTORES FAMILIARES: O CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	JEVERSON SEBASTIÃO TUBIN PEREZ	DIRCEU BASSO
6	2014	PROJETOS DE VIDA NO ESPAÇO RURAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, PR: JUVENTUDE, GÊNERO, EDUCAÇÃO E TRABALHO	KARINI APARECIDA SCARPARI	EXZOLVILDRES QUEIROZ NETO
5	2014	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SOBERANÍA Y SEGURIDAD ALIMENTARIA EN PARAGUAY: PLANAL (2009-2013)	NOELIA CASTORINA RIQUELME CABRERA	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
4	2014	AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO BRASIL - O SEGURADO ESPECIAL DIANTE DE NOVOS CONTEXTOS E VELHAS QUESTÕES	WILLIAM DELLAI	SILVIA APARECIDA ZIMMERMANN
3	2014	EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO: A PRÁXIS EDUCATIVA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA – ELAA E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA-UNILA	JEFFERSON DUARTE BRANDÃO	KAREN DOS SANTOS HONORIO
2	2014	TRANSFORMACIONES EN EL MEDIO RURAL PARAGUAYO: LA EXPANSIÓN DE LA SOJA Y SUS IMPACTOS SOCIO-AMBIENTALES Y ECONÓMICOS	JOEL EMILIO AYALA BARUJA	VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR
1	2014	ANÁLISIS DEL SISTEMA DE LA CADENA PRODUCTIVA HORTÍCOLA, EN UNA COMUNIDAD RURAL DEL MUNICIPIO DE MINGA GUAZÚ – DEPARTAMENTO DE ALTO PARANÁ – PARAGUAY: CASO ASENTAMIENTO PRIMAVERA.	LUZ MARIELA AMARILLA	GUILLERMO JAVIER DIAZ VILLAVICENCIO

Â

SOBRE OS AUTORES

Ana Alice Eleuterio

Professora do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da UNILA. Doutora em Ecologia pela University of Florida (2011). E-mail: ana.eleuterio@unila.edu.br

Anderson Maykon Nodari

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela UNILA.

Desideri Marx Travessini

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela UNILA (2015). Especialista em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Infantil pela Faculdade Futura (2018). Professor. E-mail: desiderimarx@gmail.com

Diana Jazmin Britez Cohene

Bacharela em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela UNILA. Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da UNILA. E-mail: djb.cohene.2017@aluno.unila.edu.br

Gabriela Fernandes de Souza

Bacharela em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar Curso pela UNILA. Engenheira de Aquicultura pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: gabrielasouza.aquicultura@gmail.com

João Ernesto Pelissari Cândido

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela UNILA (2015). Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS/PGDR), doutor em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT/PPGECCO). E-mail: joao.candido@edu.mt.gov.br

Joel Emilio Ayala Baruja

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela UNILA. Máster en Seguridad Alimentaria. Oficial de projeto na WWF Paraguay. E-mail: joel.ayala.93@gmail.com

Karini Aparecida Scarpari

Bacharela em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela UNILA (2014). Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA (2018). Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR (2024). E-mail: karini.scarpari@gmail.com

Leticia Diana Molinas Bogado

Bacharela em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela UNILA (2023). Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da UNILA. Email: molinas-letty5@gmail.com.

Lynda Mayerli Ospina Rengifo

Bacharela em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar pela UNILA. Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da UNILA. E-mail: lmo.rengifo.2018@aluno.unila.edu.br

Régis da Cunha Belem

Professor do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da UNILA. Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS), mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ/CPDA); agrônomo e cientista social (UFRGS). E-mail: regis.belem@unila.edu.br; rcbelem@gmail.com

Silvia Aparecida Zimmermann

Professora do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora de Sociologia em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ/CPDA. E-mail: silviaz@ufrrj.br; silviazcpda@yahoo.com.br

Valdemar João Wesz Junior

Professor do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da UNILA. Mestre e doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ/CPDA). E-mail: valdemar.junior@unila.edu.br

CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA

O livro apresenta uma síntese da trajetória, consolidação e produção acadêmica do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, situando-o no contexto do ensino superior brasileiro e latino-americano. A obra recupera o processo de constituição do campo do desenvolvimento rural no ensino de graduação no Brasil, evidenciando a singularidade da proposta da UNILA, marcada pela articulação integrada entre desenvolvimento rural e segurança alimentar e pelo compromisso com a integração latino-americana. A obra está organizada em partes temáticas que reúnem uma seleção de trabalhos de conclusão de curso defendidos entre 2014 e 2023. Esses trabalhos, produzidos em português e espanhol, constituem o insumo central da obra e abordam, sob múltiplas perspectivas, temas como agricultura familiar, segurança alimentar, políticas públicas, cultura alimentar, sustentabilidade, gênero e desenvolvimento territorial, oferecendo uma leitura crítica e diversa dos desafios rurais latino-americanos.

Apoio:

ARAUCÁRIA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O PARANÁ

COLEÇÃO SEMILLAS

SELO SABERES

UNILA | PROGRAD

EDUNILA
Editora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana